



VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA:

PANORAMA BRASILEIRO PRÉ-ELEIÇÕES 2022

Percepções sobre medo de Violência,
Autoritarismo e Democracia



FICHA TÉCNICA DO PROJETO

Concepção e coordenação técnica

Mônica Sodré

Renato Sérgio de Lima

Tratamento e validação dos dados, análise e construção das Escalas:

James Ferreira Moura Junior

Jose Alexandre da Silva Júnior

Ranulfo Paranhos

Rodrigo Lins

Consultoria metodológica

Paulo Jannuzzi

Equipe técnica

Damião S. de Almeida Segundo

David Marques

Isabela Sobral

Isabelle Rodrigues

Larissa Malta

Luiza Veronese Lacava

Marina Bohnenberger

Elaboração de itens

Diego Moraes

Amostragem e coleta

Instituto Datafolha

Revisão textual

Érica Amorim

Projeto gráfico, arte e diagramação

Estúdio TeoMenna

Foto da capa

iStock

ISBN 978-65-89596-18-9

VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA:

PANORAMA BRASILEIRO PRÉ-ELEIÇÕES 2022

Percepções sobre medo de Violência,
Autoritarismo e Democracia

O estudo “Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022 – Percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia” é uma iniciativa da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com apoio do Fundo Canadá para Iniciativas Locais (FCIL). A metodologia, a formulação e as análises envolvidas nesta publicação foram conduzidas pela equipe técnica. A amostragem e coleta de dados foram encomendadas por ambas as organizações ao Instituto Datafolha.



Sobre o FBSP

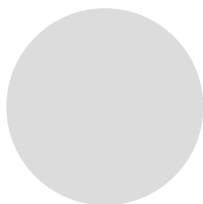
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública foi constituído em março de 2006 como uma organização não-governamental, apartidária e sem fins lucrativos, cujo objetivo é construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área de atividade policial e na gestão de segurança pública em todo o País. Composto por profissionais de diversos segmentos (policiais, peritos, guardas municipais, operadores do sistema de justiça criminal, pesquisadores acadêmicos e representantes da sociedade civil), o FBSP tem por foco o aprimoramento técnico da atividade policial e da governança democrática da segurança pública. O FBSP faz uma aposta radical na transparência e na aproximação entre segmentos enquanto ferramentas de prestação de contas e de modernização da segurança pública.



Sobre a RAPS

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) é uma organização não governamental, apartidária e independente que, desde 2012, tem a missão de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e do processo político brasileiro. O compromisso da RAPS é apoiar líderes políticos, de diferentes partidos e posições no espectro ideológico, para que compreendam e incorporem os princípios da sustentabilidade em suas ações. A rede de lideranças RAPS é constituída por 559 membros, de 28 partidos políticos e de todas as regiões do país. Do total de membros, 211 estão no exercício de cargos eletivos, sendo: 8 senadores, 33 deputados(as) federais, 41 deputados(as) estaduais, 2 deputados(as) distritais, 91 vereadores(as), 1 governador, 27 prefeitos(as) e 11 vice-prefeitos(as).

CARTA DE ABERTURA



As democracias liberais, aquelas baseadas em direitos civis, sociais, políticos e humanos e respeito ao Estado de Direito, estão sob desgaste em todo o globo e, embora o mundo seja mais democrático hoje do que em qualquer tempo, a qualidade e o nível de democracia desfrutado pelo cidadão médio têm caído.

No Brasil, somos apontados desde 2019 como um dos dez países com maior tendência autocrática do mundo. Há 7 anos deixamos de ser classificados como uma democracia liberal e caímos uma categoria, sendo classificados como democracia eleitoral pelo Varieties of Democracy (V-DEM), um dos *think tanks* globais mais prestigiados. No relatório de 2021, figuramos como uma das cinco lideranças globais no processo conhecido como “autocratização”, acompanhados por Hungria, Polônia, Sérvia e Turquia, países que têm enfrentado redução nas liberdades de expressão e participação, violência política, fechamento do espaço cívico, e tensionamento entre Poderes e instituições.

A intersecção entre violência e política, entre garantia de





direitos, segurança e apoio a regimes democráticos tem ficado mais latente, e, no Brasil, as eleições de 2022, que se aproximam, ocorrerão em clima de insegurança, ataque e sob alegação de fraude, com ânimos exaltados e em um cenário de polarização que tem crescido desde 2013.

E é destas intersecções e da necessidade de compreendê-las profundamente que nasce esta pesquisa, uma parceria entre a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Lançada logo após o 7 de setembro de 2022, data que marcou os 200 anos da Independência do Brasil, a pesquisa busca entender a percepção da população brasileira acerca do autoritarismo, da agenda de direitos – típica das democracias – e sua satisfação e apoio ao próprio regime democrático.

A realização da pesquisa, em especial neste momento, se justifica por duas razões: primeiramente, a necessidade de compreender – cinco anos depois da pesquisa “Medo da Violência e Autoritarismo no Brasil”, realizada pelo FBSP, e diante de um governo em que a violência simbólica e prática é constantemente estimulada – como o cidadão brasileiro se relaciona com o autoritarismo e a agenda de direitos, dois elementos já medidos em 2017 pela pesquisa do FBSP. Naquele ano, a possibilidade real de retrocessos institucionais e de valorização de discursos de ódio e de violência política já haviam sido identificados.

No entanto, a pesquisa realizada em 2017 não avançava para a dimensão do apoio à democracia. E é aqui que figura o ineditismo da presente iniciativa, ou seja, o de compreender o nível de apoio do cidadão à democracia e aos resultados eleitorais, medido pela primeira vez este ano. Ao fazer isso, a pesquisa que ora divulgamos conseguiu medir uma série de dilemas e desafios que regeram e regem a vida política brasileira e nos permite repensar estratégias de mobilização e ação cívica que possam fortalecer valores efetivamente democráticos de uma sociedade plural e dinâmica.

**A PESQUISA
CONSEGUIU
MEDIR UMA SÉRIE
DE DILEMAS E
DESAFIOS QUE
REGERAM E REGEM
A VIDA POLÍTICA
BRASILEIRA E NOS
PERMITE REPENSAR
ESTRATÉGIAS DE
MOBILIZAÇÃO E AÇÃO
CÍVICA QUE POSSAM
FORTALECER VALORES
EFETIVAMENTE
DEMOCRÁTICOS DE
UMA SOCIEDADE
PLURAL E DINÂMICA.**

Sua realização se dá, ainda, num momento marcado pela tentativa de desestabilizar a democracia, em especial no que se relaciona às eleições, e fragilizar suas bases: o respeito ao resultado das urnas, expressão da vontade popular, e o sigilo do voto. Esse contexto se soma ainda ao aumento na flexibilização do acesso a armas no país, que tem transformado a violência em um fenômeno não isolado, mas um fator que perpassa a política brasileira, colocando em risco a própria democracia.

Os achados desta pesquisa desenham um cenário de desafios, mas apontam caminhos e acendem luzes para a crise que enfrentamos. Dentre as boas notícias: cai o apoio a posições autoritárias, a população brasileira se mostra maciçamente favorável ao regime democrático e quase 90% dos entrevistados concordam que o vencedor das urnas deve ser empossado em 1º de janeiro de 2023, numa demonstração de civismo e valorização dos direitos conquistados há pouco mais de 35 anos. Ainda avançamos no reconhecimento de direitos civis: há grande concordância de que aqueles que passam fome devem ser amparados pelo Estado, aumentou o reconhecimento de que existe racismo no Brasil, subiu o nível de apoio a famílias homossexuais e também a percepção de que a condição dos presídios deve ser melhorada. Ao mesmo tempo, 7 em cada 10 pessoas (66,4% dos entrevistados) não acreditam que a população aumentará a segurança.

Os maiores desafios não são novos, mas estão ganhando novos contornos: aumenta a sensação de insegurança; a preocupação com a insegurança digital cresce, assim como a percepção de que se pode ser vítima de um crime. O apoio ao autoritarismo é maior entre aqueles que se sentem mais inseguros. Ainda, o medo da violência política aparece em 67,5% dos entrevistados, que afirmam ter medo de serem agredidos em razão de suas escolhas políticas ou partidárias.

Por último, uma das conclusões mais importantes é obtida quando se olha para o conjunto dos três índices:

É JUSTAMENTE NAS CAMADAS MAIS VULNERÁVEIS, ONDE AS DESIGUALDADES SE EXPRESSAM DE MANEIRA MAIS AGUDA, QUE A DEMOCRACIA TENDE A SER RELATIVIZADA, AO MESMO TEMPO EM QUE SE ANSEIA PELA GARANTIA DE DIREITOS. OU SEJA, UM APOIO MENOR À DEMOCRACIA EM PARALELO COM MAIOR APOIO A DIREITOS PODE INDICAR QUE OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA DEMOCRACIA ESTEJAM POUCO DISTRIBUÍDOS ENTRE AS POPULAÇÕES QUE DELES MAIS PODERIAM USUFRUIR.

independentemente dos ataques sucessivos às instituições e ao estresse ao qual a democracia tem sido submetida, o apoio ao regime democrático é alto no Brasil. No entanto, nos grupos de menor renda e menor escolaridade, a propensão a esse apoio diminui. Apesar de encontrarmos nesses grupos maiores resultados de apoio a medidas autoritárias, é neles também que se encontra o maior apoio à agenda de direitos.

Os achados demonstram, portanto, que é justamente nas camadas mais vulneráveis, onde as desigualdades se expressam de maneira mais aguda, que a democracia tende a ser relativizada, ao mesmo tempo em que se anseia pela garantia de direitos. Ou seja, um apoio menor à democracia em paralelo com maior apoio a direitos pode indicar que os sentidos e significados da democracia estejam pouco distribuídos entre as populações que deles mais poderiam usufruir.

Do ponto de vista das políticas públicas, portanto, é fundamental que a sociedade brasileira encontre meios para que os ganhos da democracia sejam compartilhados entre todos os seus cidadãos, traduzindo-se em bem-estar e qualidade de vida para o maior número de pessoas. Nisso reside uma das chaves para mudança desse quadro.

Como sociedade, nos resta criar caminhos para endereçar a insegurança que vem de todos os lados. O aumento do apoio à garantia de direitos, bem como o apoio maciço dos brasileiros ao regime democrático, nos dá pistas de que isso pode e deve ser feito no campo democrático, fortalecendo as instituições. Para este e para os próximos desafios, contem conosco. Não se constrói uma sociedade democrática e plural se ela continuar refém do medo e da insegurança sobre seu futuro e a sobrevivência de seus cidadãos.



Mônica Sodré
Renato Sergio de Lima

INTRODUÇÃO

14



ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA

20

Democracia e metodologia de análise dos resultados
22

Impacto de variáveis sociodemográficas no Índice de Propensão à Democracia
31

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS

38

Autoritarismo, Escala F e metodologia de análise dos resultados
40

A influência de variáveis demográficas e sociais
52

Medo da violência e vitimização
60





**ÍNDICE DE
PROPENSÃO AO
APOIO À AGENDA
DE DIREITOS
CIVIS, HUMANOS
E SOCIAIS**

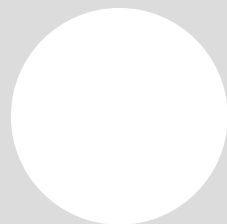
70

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

82

ANEXOS

86



QUADROS

QUADRO 1 - Assertivas utilizadas para dimensionar o grau de propensão à democracia na população brasileira (com 16 anos ou mais)

QUADRO 2 - Assertivas consideradas na construção do Índice de Propensão à Democracia

QUADRO 3 - Assertivas utilizadas para dimensionar o grau de propensão ao apoio a posições autoritárias na população brasileira (com 16 anos ou mais de idade), por dimensão

QUADRO 4 - Grau estimado de propensão ao apoio a posições autoritárias

QUADRO 5 - Escores calculados por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias - Brasil, 2017 e 2022

QUADRO 6 - Quesitos utilizados para dimensionar o grau de medo da violência na população brasileira. "Você diria que tem medo de..."

QUADRO 7 - Índices médios - referente a medo por quartil

QUADRO 8 - Assertivas utilizadas para dimensionar o grau de propensão ao apoio à agenda de direitos civis, humanos e sociais na população brasileira (com 16 anos ou mais)

TABELAS

23	TABELA 1 - Estatísticas Descritivas do Índice de Propensão à Democracia - Brasil, 2022	28
24	TABELA 2 - Medo da Violência, por quesito - Brasil 2022	63
42	TABELA 3 - Vitimização, por quesito - Brasil, 2022	67

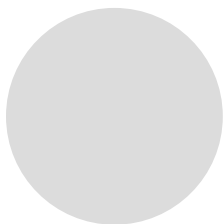
47

49

61

64

65

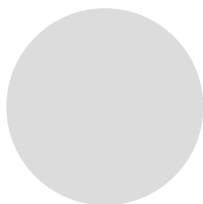




GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Propensão à Democracia, por assertiva - Brasil, 2022	25	GRÁFICO 17 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por raça/cor - Brasil, 2017 e 2022	53
GRÁFICO 2 - Histograma de frequências do Índice de Propensão à Democracia	29	GRÁFICO 18 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por orientação sexual - Brasil, 2017 e 2022	54
GRÁFICO 3 - Índice de Propensão à Democracia, por sexo - Brasil, 2022	31	GRÁFICO 19 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por escolaridade - Brasil, 2017 e 2022	55
GRÁFICO 4 - Índice de Propensão à Democracia, por faixa etária - Brasil, 2022	31	GRÁFICO 20 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por classe econômica - Brasil, 2017 e 2022	56
GRÁFICO 5 - Índice de Propensão à Democracia, por escolaridade - Brasil, 2022	32	GRÁFICO 21 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por região - Brasil, 2017 e 2022	57
GRÁFICO 6 - Índice de Propensão à Democracia, por faixa de renda - Brasil, 2022	33	GRÁFICO 22 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por natureza do município - Brasil, 2017 e 2022	58
GRÁFICO 7 - Índice de Propensão à Democracia, por classe socioeconômica - Brasil, 2022	35	GRÁFICO 23 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por porte do município - Brasil, 2017 e 2022	58
GRÁFICO 8 - Índice de Propensão à Democracia, por raça/cor - Brasil, 2022	35	GRÁFICO 24 - Escores do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por religião - Brasil, 2022	59
GRÁFICO 9 - Índice de Propensão à Democracia, por religião - Brasil, 2022	35	GRÁFICO 25 - Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Medo da Violência, Brasil - 2017 e 2022	65
GRÁFICO 10 - Índice de Propensão à Democracia, por região - Brasil, 2022	36	GRÁFICO 26 - Índice de Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos por Medo da Violência, Brasil - 2017 e 2022	69
GRÁFICO 11 - Índice de Propensão à Democracia, por porte do município - Brasil, 2022	36	GRÁFICO 27 - Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Cívicos, Humanos e Sociais, por assertiva (% concorda e discorda) - Brasil, 2022	77
GRÁFICO 12 - Índice de Propensão à Democracia, por natureza do município - Brasil, 2022	36	GRÁFICO 28 - Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Cívicos, Humanos e Sociais, por sexo - Brasil, 2022	80
GRÁFICO 13 - Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias, por assertiva e por dimensão em porcentagem de concordância e discordância - Brasil, 2022	45	GRÁFICO 29 - Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Cívicos, Humanos e Sociais, por faixa etária - Brasil, 2022	80
GRÁFICO 14 - Escore calculado por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias em 2022	48	GRÁFICO 30 - Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Cívicos, Humanos e Sociais, por raça/cor - Brasil, 2022	80
GRÁFICO 15 - Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias, por assertiva e por dimensão em porcentagem de concordância e discordância - Brasil, 2017 e 2022	50		
GRÁFICO 16 - Médias do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias, por faixa etária - Brasil, 2017 e 2022	52		

INTRODUÇÃO



A pesquisa **Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022**, parceria entre a RAPS e o FBSP, que tem por base dados coletados pelo Datafolha por meio de uma amostra de 2.100 pessoas entrevistadas entre os dias 3 e 13 de agosto de 2022, avança em relação ao que tem sido debatido no espaço público sobre democracia, direitos e autoritarismo. Nesse processo, se é possível identificar um grande resultado, o que surge é o peso do medo da violência, em especial aquele de natureza política, devido à configuração do cenário político institucional vivido pelo país nos últimos anos. O presente estudo vai demonstrar, com dados e técnicas estatísticas robustas, que discursos de incitação à violência e conflitos, assim como manifestações de violência, acabam justamente por estimular posições antidemocráticas por parte da população, resultando em apoio a medidas externas às instituições como saída para problemas de segurança pública.

A violência e o medo são chaves analíticas fundamentais para compreender a sociedade brasileira atual. É verdade que





o Brasil tem observado, desde 2018, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, queda no número de Mortes Violentas Intencionais. Porém, para além dessa queda dos homicídios, inúmeros outros dados reforçam que vivemos em uma sociedade violenta e com medo. E esse medo não parece descolado na realidade: se extrapolarmos os dados da amostra dos entrevistados pela pesquisa proporcionalmente para a população brasileira com 16 anos ou mais, teremos, por exemplo, que o equivalente a mais de 5,3 milhões de pessoas (3,2% dos entrevistados) declararam que foram vítimas de ameaças por causa de suas posições políticas nos trinta dias anteriores ao campo da pesquisa.

Em termos de resultados empíricos e dos dados apurados, vale lembrar que a pesquisa sobre medo da violência e autoritarismo no Brasil, desenvolvida pela primeira vez pelo FBSP em 2017, tinha como principal objetivo medir a propensão da população brasileira ao apoio a posições autoritárias e o impacto do medo do crime e da violência no agravamento deste cenário, assumindo que o avanço no debate e nas políticas de segurança pública cumpre um papel fundamental no fortalecimento da cidadania e da democracia no país. Em 2017, o índice de propensão ao apoio a posições autoritárias, medido numa escala de 0 a 10, foi de 8,10, indicando um nível alto de adesão a valores autoritários, que pareceu se confirmar no processo eleitoral e no resultado das eleições de 2018, que levou um político de extrema-direita, com discurso claramente autocrático, à chefia do Poder Executivo.

Em 2022, a pesquisa, realizada em parceria com a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), é atualizada e ampliada em suas dimensões de análise. Nela há boas notícias: o índice de propensão à democracia foi de 7,25, considerado alto, e mais da metade dos entrevistados marcaram acima de 7 pontos no índice. Em um cenário de constantes tensionamentos e ameaças democráticas e discursos que buscam colocar em

O EQUIVALENTE A MAIS DE 5,3 MILHÕES DE PESSOAS (3,2% DOS ENTREVISTADOS) DECLARARAM QUE FORAM VÍTIMAS DE AMEAÇAS POR CAUSA DE SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS ENTRE 3 DE JULHO E 3 DE AGOSTO DE 2022.

dúvida a segurança das urnas eletrônicas e a integridade do processo eleitoral, o maior apoio às afirmações sobre democracia se encontram na importância e no respeito aos resultados das eleições: 89,3% dos entrevistados afirmam que “O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia”. Este é um dado fundamental para medir a aderência desses discursos na população, que demonstra apoiar a democracia e o direito ao voto. Na mesma direção, **88,1% afirmam que quem for vencedor nas urnas e reconhecido pela Justiça Eleitoral deve ser empossado**, o que indica uma alta confiança do eleitorado nas urnas e no processo eleitoral.

Considerando que a democracia não se resume ao exercício do voto, o apoio à participação da população nos processos democráticos é expressivo: 88,5% concordam que “O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia”. Em termos do reconhecimento da importância das instituições democráticas e do equilíbrio entre os poderes, 62,8% concordam que “É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade”. Considerando que um dos pilares do governo atual é o ataque recorrente ao judiciário, concentrado no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral, o resultado demonstra que as medidas não têm reverberado em mais da metade da população. **O Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias caiu se comparado à pesquisa anterior, e este ano é de 7,29.**

Quando observadas as três dimensões que compõem o índice, nota-se que a queda foi impulsionada, sobretudo, pelo “convencionalismo”, em que pese um aumento significativo na dimensão “agressividade autoritária”. Em 2017, essa última dimensão registrou um índice de 6,50, que chegou a 7,11 em 2022. A relação entre autoritarismo e medo da violência, que já era visível em 2017, adquire maior importância no cenário atual, marcado por polarização política exacerbada e por discurso de incitação à radicalização de diversos temas que tangem a segurança pública.

**ESSES FENÔMENOS
PODEM AJUDAR
A EXPLICAR E
RECOLOCAR A
IMPORTÂNCIA DA
CONSTRUÇÃO DE
POLÍTICAS SÉRIAS
DE SEGURANÇA
PÚBLICA PARA O
REESTABELECIMENTO
DA CIDADANIA E
DA CONFIANÇA DA
POPULAÇÃO EM
RELAÇÃO A SOLUÇÕES
ALTERNATIVAS PARA O
CRIME E A VIOLÊNCIA.**

Enquanto a tendência a posições autoritárias caiu, o medo da violência cresceu desde 2017. Em um valor que vai de 0 (nenhum medo) a 1 (muito medo), o Brasil registra um índice de medo da violência de 0,76, (0,68 em 2017). **Esse cenário de aumento do medo do crime e da violência acontece em meio a um período de queda nas mortes violentas intencionais no país, que, no entanto, não se traduziu em percepção de segurança pela população.** A já constante captura de pautas caras à segurança pública, que foram protagonistas das eleições de 2018, tornou-se um dos principais eixos da narrativa do atual governo, o que ocorre tanto em âmbito pessoal quanto na violência de Estado. A exploração do medo tornou-se arma política e parece evitar que a sociedade brasileira aproveite o momento de redução de alguns índices de violência, comprometendo, assim, sua percepção sobre direitos e também sobre cidadania.

Exemplos disso são a defesa do armamento civil e o discurso que foca apenas na força policial (muitas vezes letal) como solução para as violências, que acabam estimulando ataques às garantias de direitos e às instituições na mediação de conflitos. Na atual pesquisa, o medo de ser vítima de grupos armados (traficantes, milícias e pistoleiros) está em 83,9% dos entrevistados, sendo que 73,9% dos entrevistados afirmam ter muito medo. O medo de sofrer violência por parte das polícias militares cresceu: está em 63,8% dos entrevistados, contra 59,5% em 2017. Ou seja, a captura das pautas da segurança pública acontece quando o discurso que diz apresentar soluções para a criminalidade revela-se uma pauta retórica, que não vem acompanhada de um projeto concreto que convença a sociedade. **É preciso destacar, ainda, que a despeito do discurso autoritário e da exploração política da segurança pública, mais de 60% (66,4%) dos entrevistados afirmam que a segurança não melhorará com o armamento da população.**

Esses fenômenos podem ajudar a explicar e recolocar a importância da construção de políticas sérias de segurança



pública para o restabelecimento da cidadania e da confiança da população em relação a soluções alternativas para o crime e a violência. A tendência em apoiar posições autoritárias em 2022, assim como em 2017, é maior entre quem tem mais medo da violência (índice 7,48) do que entre quem tem menos medo (7,16). Considerando que a dimensão “agressividade autoritária” cresceu, é possível afirmar que discursos de incitação à violência e conflitos, assim como manifestações de violência, acabam justamente por estimular posições antidemocráticas por parte da população, resultando em apoio a medidas externas às instituições como saída para problemas de segurança pública.

Há, ainda, um novo aspecto no contexto sociopolítico atual que incide sobre essa percepção: a violência político-partidária. **O discurso de estímulo à agressividade política e institucional tem sido comum, chegando à violência letal, por parte de civis, em episódios recentes. Dentre os entrevistados em 2022, 67,5% afirmam ter medo de ser agredido fisicamente em razão de sua escolha política ou partidária. Em uma pesquisa de vitimização, 3,2% dizem ter sido vítimas de ameaças, por motivos políticos, apenas no último mês. Se extrapolada a amostra da pesquisa, serão cerca de 5,3 milhões de pessoas vítimas de ameaças por suas posições políticas nos 30 dias anteriores ao campo da pesquisa¹.**

Quanto à influência de características sociodemográficas no apoio a posições autoritárias, é possível observar uma mudança de comportamento em relação a 2017: a propensão ao apoio entre jovens de 16 a 24 anos foi a segunda maior em 2017, menor apenas que a da população acima de 45 anos. Em 2022, a faixa etária da juventude apresenta a menor tendência ao autoritarismo, e foi a que mais demonstrou queda no índice (de 8,1 em 2017 para 7,1 em 2022). Ou seja, o apelo do discurso autoritário, que encontrava eco entre os mais jovens, perdeu força.

O apoio à agenda de direitos civis, humanos e sociais traz um desafio: o índice teve queda entre 2017 e 2022: 7,8 e 7,6 respectivamente. Entretanto, há pontos de destaque:

1. Período de 3 de julho a 3 de agosto de 2022.

ESSE ANO, 83,4% DOS ENTREVISTADOS RECONHECEM QUE EXISTE RACISMO NO BRASIL; EM 2017, ESSE NÚMERO ERA DE 70% EM 2017, E 82% APOIAM A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

83,4% reconhecem que existe racismo no Brasil; em 2017, esse número era de 70% (que consideravam que no país só há diferenças de classe, e não há preconceito racial). Ou seja, houve uma melhora na percepção sobre um marcador que é pungente nas violências e desigualdades brasileiras. Outro dado que surpreende é o apoio de 82% dos entrevistados à demarcação de terras indígenas. A Região Amazônica no País se destacou em termos de violência nos últimos anos, tornando-se um ponto de intersecção entre crime organizado e crimes ambientais. A recente repercussão internacional da violência na região Amazônica e o aumento dos índices de desmatamento e desastres naturais relacionados à questão climática aproximaram o tema do cotidiano e das preocupações do restante do país, conferindo à pauta ambiental importância crescente.

Quando cruzados o apoio à agenda de direitos e o medo da violência, no entanto, observa-se algo interessante e contraintuitivo: quem tem mais medo da violência tende a ser mais favorável à agenda de direitos - índice 7,7. Entre os que têm menos medo de sofrer violência, o índice é de 7,2. Essa relação também pode servir como base para a compreensão, já sugerida acima, de que a recorrência à agressividade autoritária não é a única solução esperada pela população para o medo do crime e da violência. Existe um espaço de disputa para incidência de políticas de segurança pública que valorizem os direitos e os devidos processos democráticos, sem que seja preciso apelar para vias autoritárias. Isto significa dizer que: se quem tem mais medo manifesta maior apoio a direitos e, ao mesmo tempo, também manifesta maior apoio a tendências autoritárias, podemos considerar que há um campo de oportunidades para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança que aplaquem o medo, podendo resultar na diminuição do nível de autoritarismo no futuro.



1.

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA



Democracia e metodologia de análise dos resultados

Para além da democracia no nível institucional, é necessário também enxergá-la em nível cultural, bem como para os seus valores disseminados à população. A literatura científica que tem se debruçado ao longo de várias décadas sobre a importância da cultura democrática é enfática ao dizer de que uma democracia sem cidadãos democráticos está fadada ao fracasso (Almond e Verba, 1989; Diamond, 1994; Inglehart e Welzel, 2009). Estudos recentes confirmam não apenas a relevância da cultura democrática para a sobrevivência das democracias, como também avançam o entendimento sobre os mecanismos que levam a isso, sublinhando que o apoio público à democracia é capaz de deter líderes autoritários (Claassen, 2020; Graham e Svobik, 2020).

Por meio do Índice de Propensão à Democracia, desenvolvido de maneira inédita nesta pesquisa, buscou-se identificar, de forma agregada, o quanto as pessoas estão propensas a apoiar valores democráticos, como respeito às instituições e leis instituídas, separação dos poderes, processo eleitoral, liberdade individual e direitos humanos.

O Índice de Propensão à Democracia foi desenvolvido a fim de mensurar o grau atual de adesão dos brasileiros à democracia e é baseado em um conjunto de sete itens, de uma bateria de doze assertivas, que abordam diferentes aspectos do regime democrático. Trata-se de um índice de anuência no qual quanto maior a concordância do indivíduo com a afirmação do item, maior a adesão à democracia, com exceção dos itens 1, 2 e 7, que estão em uma lógica invertida (quanto menor a concordância, maior a adesão) e que se referem respectivamente a: “Para conseguir prender criminosos, há ocasiões em que as autoridades podem agir sem respeitar a lei”, “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas”, e “Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado”.

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, DESENVOLVIDO DE MANEIRA INÉDITA NESTA PESQUISA, BUSCOU IDENTIFICAR, DE FORMA AGREGADA, O QUANTO AS PESSOAS ESTÃO PROPENSAS A APOIAR VALORES DEMOCRÁTICOS, COMO RESPEITO ÀS INSTITUIÇÕES E LEIS INSTITUÍDAS, SEPARAÇÃO DOS PODERES, DEVERES E DIREITOS DOS PODERES PÚBLICOS, PROCESSO ELEITORAL, LIBERDADE INDIVIDUAL E DIREITOS HUMANOS.

A maior parte dos itens foi extraída ou adaptada a partir de perguntas semelhantes encontradas em algumas das pesquisas mais consolidadas da área de estudos da democracia, tais como o *Latin American Public Opinion Project – LAPOP* (Itens 2, 3 e 7) e o *World Values Survey – WVS* (Itens 4, 5 e 6), permitindo a comparação das respostas obtidas pela atual aplicação com outras compiladas por essas tradicionais pesquisas.

QUADRO 1

ASSERTIVAS UTILIZADAS PARA DIMENSIONAR O GRAU DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA NA POPULAÇÃO BRASILEIRA (COM 16 ANOS OU MAIS)

1. Para conseguir prender criminosos, há ocasiões em que as autoridades podem agir sem respeitar a lei.
2. Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas.
3. Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
4. O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.
5. O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.
6. Os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia.
7. Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado.
8. Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro.
9. O processo eleitoral de escolha dos representantes no Brasil é muito satisfatório.
10. A separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) no Brasil é muito satisfatória.
11. É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade,
12. O orçamento secreto, que é o repasse sem transparência de verba pública para redutos eleitorais, prejudica a democracia no Brasil.

ASSERTIVAS CONSIDERADAS NA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA

1. Para conseguir prender criminosos, há ocasiões em que as autoridades podem agir sem respeitar a lei.
2. Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas.
3. Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
4. O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.
5. O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.
6. Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro.
7. É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade,

A escolha dos sete itens para a construção do Índice de Propensão à Democracia obedeceu a dois critérios principais: recorrência na construção de indicadores correlatos e padrão de consistência das respostas. Inicialmente, pautou-se na literatura para verificar quais itens são absolutamente indispensáveis na construção de questões sobre democracia. Além disso, levou-se em consideração em que itens a frequência oscila, independentemente do padrão de respostas de itens correlatos. No geral, os cinco itens excluídos apresentam baixa consistência.²

O gráfico 1 demonstra as frequências de todos os itens contidos na bateria, inclusive os que não entraram na composição do índice, para aumentar o grau de transparência do exercício.

2. As causas deverão ser identificadas a partir de análises mais sistemáticas sobre os itens. Aventa-se a possibilidade de testá-los em futuros exercícios, promovendo pequenas alterações na redação das questões.

PROPENSÃO À DEMOCRACIA POR ASSERTIVA (%) - BRASIL, 2022

DISCORDA + DISCORDA TOTALMENTE (%)

CONCORDA + CONCORDA TOTALMENTE (%)



As respostas dos entrevistados foram analisadas em três níveis. O primeiro nível compreende os resultados e análises das questões de forma individual, considerando os percentuais das opções de respostas. As questões 1, 2 e 7 indicam que quanto maior o nível de discordância, mais democrática será a resposta. As demais questões têm sentido inverso, ou seja, maior concordância implica em maior apoio a valores democráticos.

O segundo nível corresponde à construção de um indicador capaz de produzir análise no nível agregado, ou seja, considerando o conjunto de questões. A estratégia usada foi a de selecionar as questões que pudessem ser replicadas em rodadas futuras de aplicação do questionário e identificar, comparativamente no tempo, o comportamento dos brasileiros a respeito da propensão à democracia. Sendo assim, foram consideradas sete questões (1, 2, 3, 4, 5, 8 e 11) para o desenvolvimento do índice. As opções da Escala Likert receberam valores ponderados (pesos de 1 a 6). Como exemplo, um respondente que concordasse totalmente em todas as questões somaria um valor de 60 pontos que, dividido por 10, daria um escore de 6,0, registrando pontuação máxima no Índice de Propensão à Democracia. Diante disso, foi feita a normalização dos valores para uma escala de 0 (rejeição máxima à democracia) a 10,0 (propensão máxima).

O último nível de análise apresenta o Indicador de Propensão à Democracia por itens relacionados ao perfil do respondente: sexo, idade, renda, classe socioeconômica, escolaridade, raça/cor, religião, região, natureza do município ou porte do município.

No primeiro nível de análise individual das questões, observa-se que em 4 dos 12 itens a concordância foi a opção de, no mínimo, 80% dos entrevistados. Três desses itens apresentam relação direta com a necessidade de o regime político preservar a participação cidadã em processos de tomada de decisões coletivas. Mais especificamente, esse resultado pode ser lido como um sinal de apoio à realização de eleições livres e transparentes e ao respeito ao resultado manifesto pelas urnas:

O RESULTADO DO ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA FOI POSITIVO E ATINGIU 7,25 NA ESCALA. A PONTUAÇÃO É CONSIDERADA ALTA, EM ESPECIAL PORQUE MAIS DA METADE DOS RESPONDENTES REGISTRARAM PONTUAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 7 PONTOS, DE 0 A 10.

89% dos entrevistados concordam com a necessidade de o povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes. E 88% concordam que quem for declarado vencedor das eleições pela justiça eleitoral deve ser empossado no dia 1º de janeiro.

Um segundo bloco de itens registra um patamar em torno 60% de opiniões favoráveis aos valores democráticos. No conjunto, esses itens traduzem a opinião da população acerca da preservação de regras fundamentais ao Estado de direito e ao apoio direto à democracia. Nele, pouco mais de 62% dos entrevistados consideraram importante para o regime democrático que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir para além da sua autoridade. Um patamar semelhante discorda da possibilidade de os militares tomarem o poder sob alguma justificativa. Além disso, chama a atenção o fato de que 67,38% dos entrevistados apontam o orçamento secreto como prejudicial à democracia e 59,95% declaram o apoio à democracia, ainda que o regime apresente alguns problemas.

Por fim, 4 dos 12 itens dividiram a opinião dos entrevistados. Apenas 45,10% disseram concordar com a declaração de ampla satisfação com o processo eleitoral de escolha dos representantes no Brasil. Somente 36,33% disseram estar muito satisfeitos com a separação dos três poderes no país. Além disso, a população se divide quanto à possibilidade de mover ações a despeito das leis, seja para prender criminosos ou para estancar crises. No geral, os itens 1, 2, 9 e 10 requerem posições que podem soar como extremas (“muito satisfatória/o”), ou pedirem o enfretamento de *trade-off*³, o que percebeu-se ser a principal razão para que os entrevistados se dividissem ao respondê-los.

Com a soma dos sete itens selecionados, entendeu-se ser possível medir a opinião da população a respeito do regime político brasileiro. A Tabela 1 e o Gráfico 2 apresentam as principais medidas descritivas do índice construído.

3. Escolhas em que a opção por alternativa ocasiona necessariamente prejuízos para outra. Considera-se que o enfrentamento de *trade-off* é um exercício adequado para mensuração de opiniões, por isso, apesar da divisão de opiniões, os itens foram incluídos na construção do índice.

TABELA 1

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA - BRASIL, 2022

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA

(Itens 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 11)

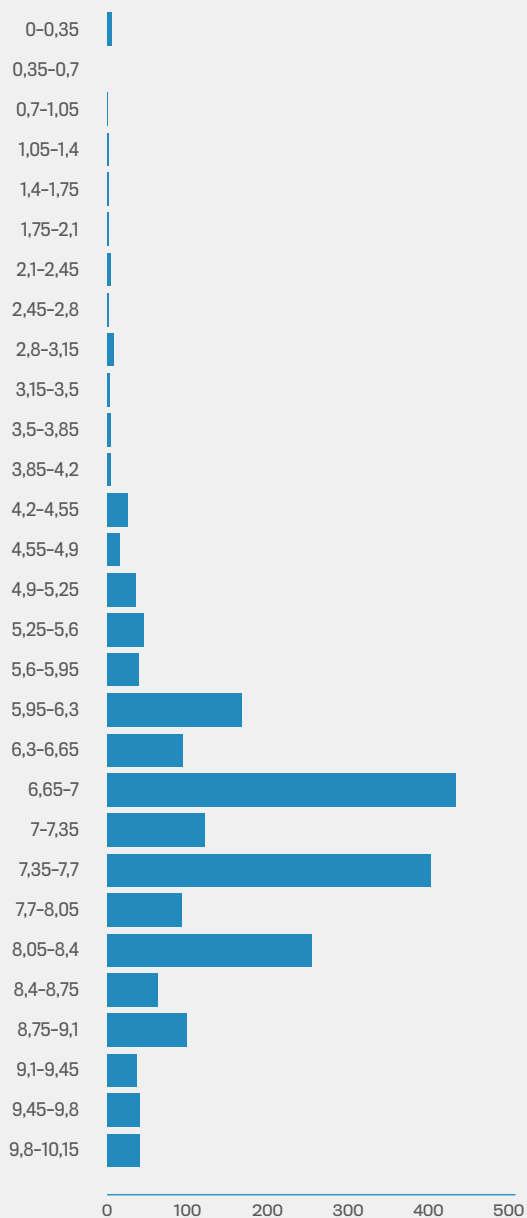
Estatística descritiva

Média		7,251
95% Intervalo de Confiança para Média	Limite inferior	7,195
	Limite superior	7,306
5% da média aparada		7,305
Mediana		7,38
Variância		1,683
Desvio Padrão		1,297
Mínimo		0
Máximo		10
Amplitude		10
Amplitude interquartil		1,429
Assimetria		-1,078
Curtose		4,232

A média do índice foi de 7,25 com um desvio padrão de 1,29 pontos, o que assinala uma maior propensão à democracia. A partir de uma análise da mediana (7,38 pontos), pode-se identificar que metade dos entrevistados marcaram mais de sete pontos no índice. Esse quadro é reforçado pela análise do histograma da frequência das respostas, a partir dele é possível observar que:

GRÁFICO 2

HISTOGRAMA DE FREQUÊNCIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA.



- 1. 94,76% dos respondentes apresentam uma pontuação a no máximo dois desvios padrões da média, acima ou abaixo dela;**
- 2. 50,24% dos respondentes registraram pontuação igual ou superior à média;**
- 3. apenas 4,05 % possuem pontuação abaixo de 5 pontos (metade da escala).**

Juntos, esses resultados deixam claras a baixa heterogeneidade da amostra e, principalmente, a concentração dos entrevistados em escores altos (acima de 5 pontos) que representam maior propensão à democracia.

Os maiores apoios às assertivas sobre democracia se encontram na importância das eleições: **89,3% concordam que “O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia”**, seguido do apoio à participação da população nos processos democráticos, **88,5% concordam que “O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia”**. Ainda, **88,1% afirmam que quem for vencedor nas urnas e reconhecido pela Justiça Eleitoral deve ser empossado**, enquanto **62,8%** concordam que “É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade”.

Entre os entrevistados, **67,4%** reconhecem que o repasse de recursos sem transparência para redutos eleitorais, chamado de “orçamento secreto”, prejudica a democracia. Nesta assertiva, chama a atenção que **17,4%** dos respondentes discordam que isso seja uma ameaça à democracia. Outro dado que surpreende é o que indica que **33,2%** dos entrevistados consideram que há ocasiões em que as autoridades podem agir sem respeitar a lei. Uma das hipóteses que justificam esse número elevado diz respeito ao período recente de combate à pandemia de Covid-19.

Impacto de variáveis sociodemográficas no Índice de Propensão à Democracia

Sexo, Faixa Etária e Escolaridade

Variáveis como sexo e faixa etária não apresentaram diferenças tão relevantes. As mulheres apresentam uma menor propensão à democracia com índice de 7,15, valor abaixo da média geral (7,25). Porém, a diferença em relação aos homens é pequena e fica abaixo de 01 ponto. O mesmo acontece para faixa etária, em que pessoas com 60 anos ou mais apresentaram índice de 7,10 pontos. Vale destacar que as outras faixas etárias ficam próximas à média, com destaque para indivíduos entre 25-34 e 35-44 anos, que ficaram um pouco acima desse patamar (7,31 e 7,34 respectivamente).

GRÁFICO 3

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR SEXO - BRASIL, 2022

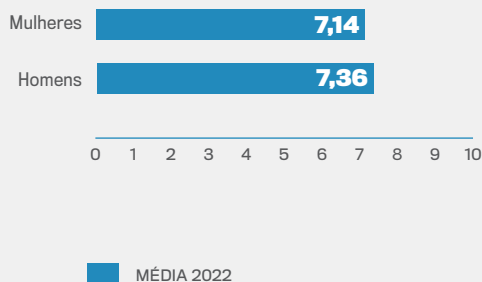
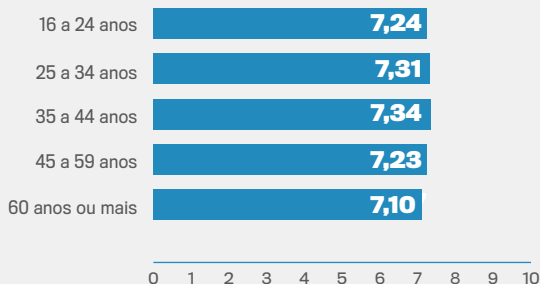


GRÁFICO 4

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR FAIXA ETÁRIA - BRASIL, 2022

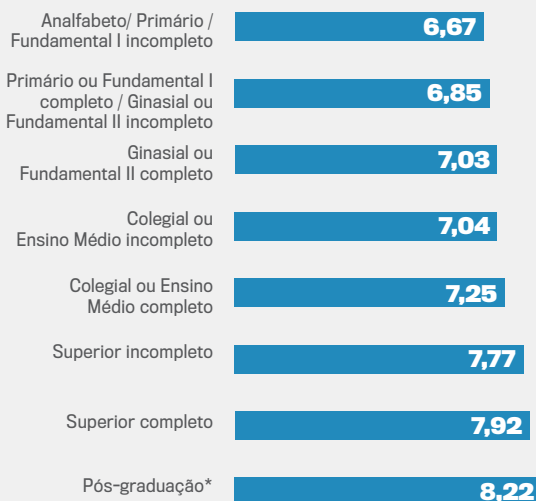




A escolaridade, por sua vez, parece fazer diferença, e a propensão à democracia cresce com o nível escolar. Isso significa que os indivíduos que possuem, no máximo, ensino fundamental I incompleto são os menos propensos à democracia, apresentando média de 6,67 pontos. O contrário acontece com aqueles que possuem o nível máximo de escolaridade, ou seja, pós-graduação, que apresentam média de 8,22 pontos. De um extremo ao outro, a propensão à democracia cresce 1,54 pontos, o equivalente a 15,40%, considerando todos os pontos da escala (0-10). Pode-se dizer que, indivíduos do sexo masculino, com idade entre 35 e 44 anos com pós-graduação são mais propensos à democracia.

GRÁFICO 5

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR ESCOLARIDADE - BRASIL, 2022



MÉDIA 2022

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Renda, Classe socioeconômica, Raça/Cor e Religião

Os indivíduos com maior renda são também os mais propensos à democracia: nesse grupo, a média atinge 7,82. Por outro lado, os indivíduos que possuem renda de até no máximo um Salário Mínimo registram 6,90 pontos, abaixo da média geral (7,25). Porém, é importante destacar que a diferença entre a maior e a menor média por faixa de renda fica abaixo de 1 ponto.

GRÁFICO 6

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **FAIXA DE RENDA** - BRASIL, 2022



MÉDIA 2022

A variação é um pouco maior quando considerada a classe social. **Indivíduos da classe A registram uma média de propensão à democracia de 8,02 pontos, contra 6,86 pontos dos indivíduos das classes D/E, que são os que apresentam menor propensão à democracia.**

Assim como a renda, há um crescimento sucessivo da propensão à democracia das classes sociais menos para as mais favorecidas. Quanto à raça/cor, a diferença é muito pequena, girando em torno de no máximo 5 décimos da mais propensa (Branças) para a menos propensa (Outras) à democracia.

Por fim, a diferença entre as médias das religiões repete esse quadro. Todas têm médias próximas da média geral (7,25), pouco acima ou abaixo desse patamar, mas bem próximas umas das outras.



GRÁFICO 7

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **CLASSE SOCIOECONÔMICA** - BRASIL, 2022

MÉDIA 2022

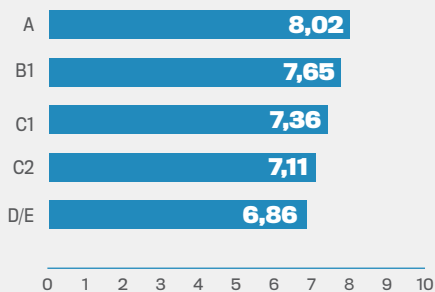


GRÁFICO 8

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **RAÇA/COR** - BRASIL, 2022

MÉDIA 2022

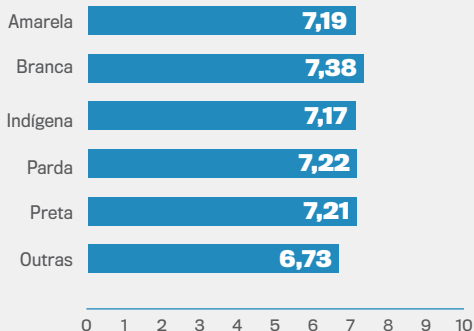


GRÁFICO 9

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **RELIGIÃO** - BRASIL, 2022

MÉDIA 2022

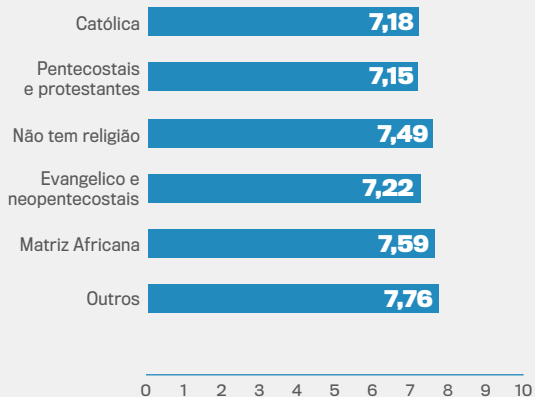
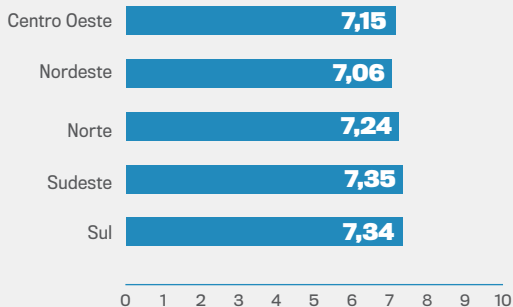


GRÁFICO 10

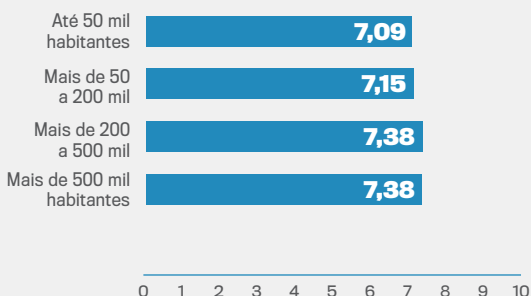
ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **REGIÃO** - BRASIL, 2022



MÉDIA 2022

GRÁFICO 11

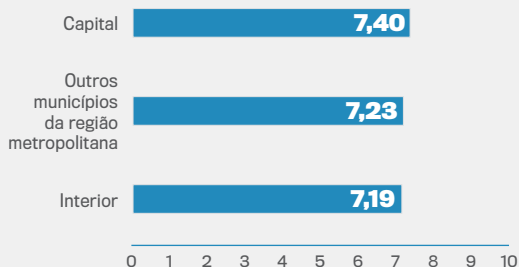
ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **PORTE DO MUNICÍPIO** - BRASIL, 2022



MÉDIA 2022

GRÁFICO 12

ÍNDICE DE PROPENSÃO À DEMOCRACIA, POR **NATUREZA DO MUNICÍPIO** - BRASIL, 2022



MÉDIA 2022

Região, Porte do município e Natureza do município

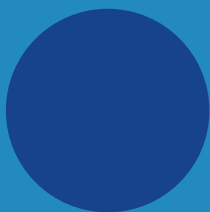
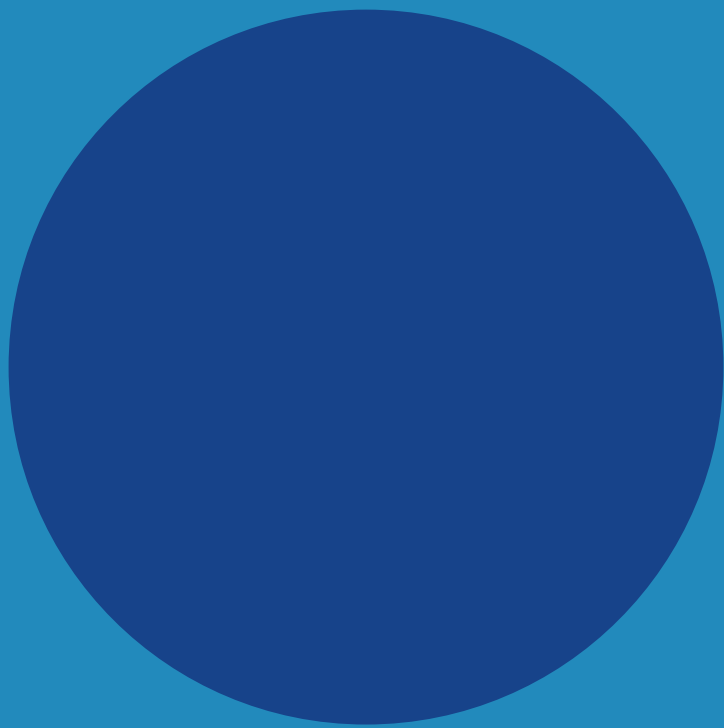
Na análise regional, todas as regiões do país registraram médias muito próximas da média geral, demonstrando que há certa homogeneidade de apoio à democracia no território brasileiro.

Na análise por porte dos municípios, aqueles com maior população (> 200 mil) apresentaram maior apoio à democracia (7,38). Ao comparar os resultados das capitais com municípios da região metropolitana e interior, não se observam diferenças significativas de como as populações se relacionam com a democracia.



2.

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS



Autoritarismo, Escala F e metodologia de análise dos resultados

O autoritarismo se baseia em um conjunto de ideias proferidas por uma figura de autoridade que se vincula à tradição e ao uso da violência para resolução dos problemas (Adorno, 1950). A personalidade autoritária passou a ser medida com representatividade nacional no Brasil a partir de 2017, sendo um avanço democrático o mapeamento das tendências autoritárias no País (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017). O instrumento utilizado foi a Escala Fascismo, também conhecida como Escala F, criada por Theodor Adorno e colaboradores em 1950 na Alemanha pós Segunda Guerra Mundial.

De acordo com o Professor Crochik (2017), as fundamentações de Adorno serviram para compreender melhor as características da personalidade autoritária. Esta personalidade vincula-se a uma ideologia contrária ao bem comum, às minorias sociais (como as mulheres, pessoas mais pobres, população LGBTQIAP+, pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos) e aos pensamentos dissidentes do padrão comum ao grupo majoritário (Lavor et al., 2018). As posições autoritárias são estruturadas a partir de três dimensões. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (1991), no Brasil o autoritarismo alimenta-se da polarização entre os diferentes grupos sociais.

Referente à personalidade autoritária, Erich Fromm (1983) compreende que as pessoas têm uma orientação ambivalente em relação à autoridade e ao poder (Fromm, 1983). Uma pessoa autoritária pode ser concomitantemente dominadora e submissa. Esta última característica se refere à submissão a uma figura de poder idolatrada. Já o aspecto dominador se refere a uma posição de superioridade dominadora referente a grupos sociais considerados inferiores. Assim, a Escala F que mapeia a personalidade autoritária está constituída de três dimensões:

**A PERSONALIDADE
AUTORITÁRIA PASSOU
A SER MEDIDA COM
REPRESENTATIVIDADE
NACIONAL NO BRASIL
A PARTIR DE 2017,
SENDO UM AVANÇO
DEMOCRÁTICO
O MAPEAMENTO
DAS TENDÊNCIAS
AUTORITÁRIAS NO
BRASIL.**

- **O convencionalismo: que é a adesão aos valores tradicionais e convenções da sociedade;**
- **A submissão à autoridade: referindo-se à aceitação incondicional a uma liderança reconhecida como legítima;**
- **A agressividade autoritária: sendo a predisposição à hostilidade a minorias.**

Ao todo, 2.100 pessoas participaram da pesquisa, compondo uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais, em cerca de 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 3 e 13 de agosto de 2022. A margem de erro da pesquisa é de 2,0 pontos para mais ou para menos, considerando um intervalo de confiança de 95%.

A pesquisa fez uso de técnicas de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais a partir de questionários estruturados em seis níveis de concordância em relação às frases. A versão da Escala F utilizada, composta por 15 assertivas, foi respondida por meio da seguinte gradação de concordância: *concorda totalmente*, *concorda*, *concorda parcialmente*, *discorda parcialmente*, *discorda*, e *discorda totalmente*. Sendo assim, os níveis de resposta variam de 1 a 6, e estes escores foram usados para a criação do Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias. Este Índice corresponde a um ranking de 1 a 10 pontos: quanto mais próximo de 1, menor o apoio a posições autoritárias, e quanto mais próximo de 10, maior é a adesão e apoio a elas. A confiabilidade geral da escala foi boa, com Alpha de Cronbach de 0,779 e Omega de McDonald de 0,782, valores próximos aos encontrados em pesquisas anteriores, como no levantamento anterior de 2017 (0,824) e no estudo de Crochík (2005).

ASSERTIVAS
UTILIZADAS PARA
DIMENSIONAR
O GRAU DE
PROPENSÃO AO
APOIO A POSIÇÕES
AUTORITÁRIAS
NA POPULAÇÃO
BRASILEIRA (COM
16 ANOS OU MAIS
DE IDADE), POR
DIMENSÃO



SUBMISSÃO À AUTORIDADE

O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé

A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar as nossas crianças

Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais

Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo

AGRESSIVIDADE AUTORITÁRIA

CONVENCIONALISMO

A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos

A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender

Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor

Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes

Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra

Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes

Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou receber um castigo pior

Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar

Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo



Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos

Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados

Cada um dos itens foi analisado a partir dos graus de concordância e discordância. Para obtenção das porcentagens, foram somadas as respostas de “concordo totalmente” e “concordo” para concordância com a afirmação, e “discordo totalmente” e “discordo” para a porcentagem de discordância. Dessa maneira, a estrutura de concordância dos itens constituintes da Escala F constam do Gráfico 13.

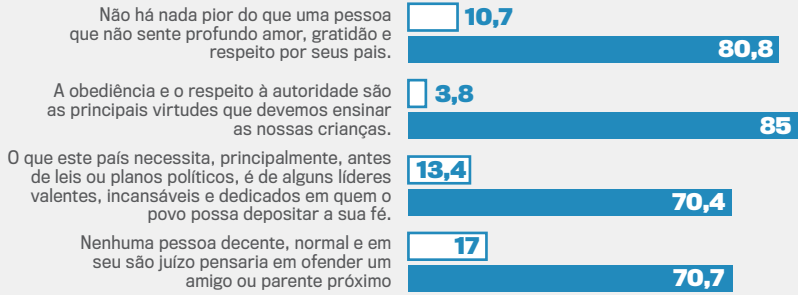
GRÁFICO 13

PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR ASSERTIVA E POR DIMENSÃO (CONCORDA E DISCORDA, EM %) - BRASIL, 2022

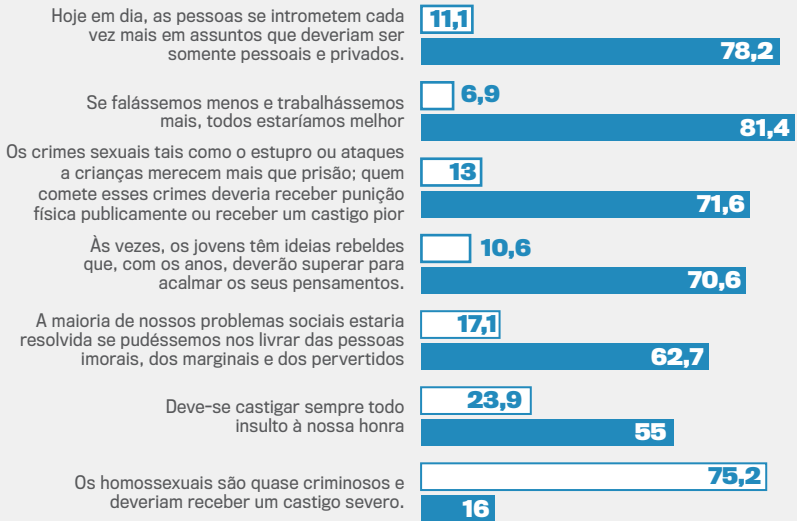
-  DISCORDA TOTALMENTE + DISCORDA
-  CONCORDA TOTALMENTE + CONCORDA



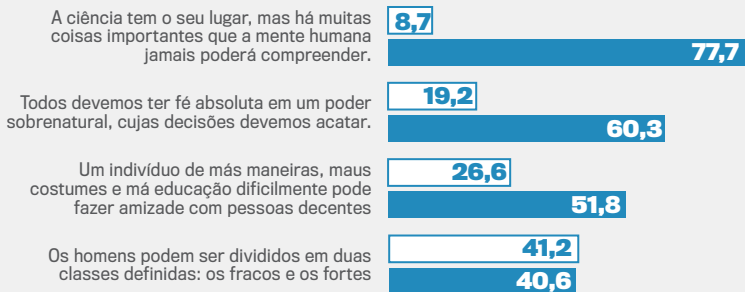
SUBMISSÃO À AUTORIDADE



AGRESSIVIDADE AUTORITÁRIA



CONVENCIONALISMO



0 10 20 30 40 50 60 70 80

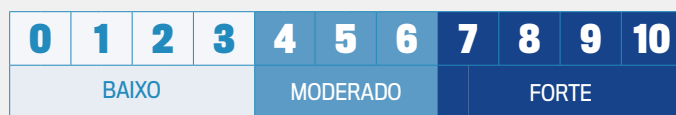
As maiores porcentagens de concordância encontram-se nas assertivas: “A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar as nossas crianças” (85% - Dimensão Submissão à Autoridade), “Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor (81,4% - Agressividade autoritária)”, e “Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais” (80,8% - Dimensão Submissão à Autoridade).

Já as discordâncias mais elevadas foram observadas nos seguintes itens: “Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo” (75,2% - Agressividade autoritária), “Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes” (41,2% - Convencionalismo), e “Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes” (26,6% - Convencionalismo).

Também foram realizadas comparações entre as porcentagens de concordância e de discordância entre as amostras de 2017 e de 2022. A maior diferença entre os níveis de concordância foi na assertiva “Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra” (Agressividade Autoritária), que aumentou o nível de concordância de 45% em 2017 para 55% em 2022. Já a maior diferença entre os níveis de discordância foi na assertiva “Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes” (Convencionalismo), que em 2017 representava 33,7% e em 2022 passou a apresentar 41,2% de pessoas discordando dessa afirmativa.

Além da análise dos itens específicos, foi criado um Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias a partir da Escala F. Para isso, foi realizada uma média simples dos itens componentes da Escala F. Com essa média, o Índice corresponde a um escore de 0 a 10, sendo apresentado os diferentes graus estimados de apoio ao autoritarismo:

GRAU ESTIMADO DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS



ESCORE MÉDIO DA AMOSTRA

7,29

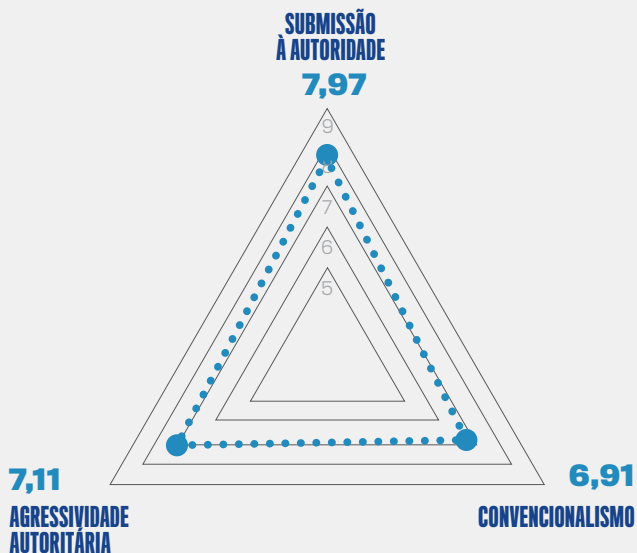
O ESCORE MÉDIO DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS FOI DE 7,29, VALOR INFERIOR À MÉDIA DE 8,10 ENCONTRADA EM 2017.

O escore médio do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias foi de 7,29, valor inferior à média de 8,10 encontrada em 2017, o que pode ser considerado como indicativo de diminuição da adesão ao autoritarismo. No entanto, apesar da sua diminuição, este índice ainda representa um grau forte de apoio a posições autoritárias.

Em 2022, a média de apoio a posições autoritárias apresentada pela Escala F foi de 7,29, um valor 10% menor do que o de 8,10 encontrado em 2017. Quando analisadas as dimensões específicas do autoritarismo, nota-se que, assim como em 2017, a Submissão à Autoridade é a categoria com maior pontuação. Houve, contudo, um aumento nos escores de Agressividade Autoritária, mas uma diminuição na Submissão à Autoridade e no Convencionalismo. A média de Submissão à autoridade passou de 8,08 em 2017 para 7,97 em 2022, o que, ainda assim, indica a permanência da adesão a afirmações ligadas à obediência e necessidade de um líder autoritário. No que lhe diz respeito, a pontuação de Convencionalismo diminuiu de 7,36 em 2017 para 6,91 em 2022, indicando uma redução à adesão a assertivas ligadas a valores tradicionalistas. A adesão às questões contidas nas dimensões para 2022 apresenta-se no Gráfico 14.

GRÁFICO 14

ESCORE
CALCULADO
POR DIMENSÃO
DO ÍNDICE DE
PROPENSÃO
AO APOIO A
POSIÇÕES
AUTORITÁRIAS
EM 2022



A observação das variações por dimensão demonstra, portanto, que a queda do índice entre 2017 e 2022 foi impulsionada pela Submissão à Autoridade e pelo Convencionalismo. A dimensão Agressividade Autoritária foi a única que cresceu em comparação com 2017. Assim, a despeito da queda, houve um aumento na Agressividade autoritária, que conteve a possibilidade de um índice de propensão ao apoio a posições autoritárias ainda menor. Em 2017, essa dimensão registrou um índice de 6,50, que chegou a 7,11 em 2022.

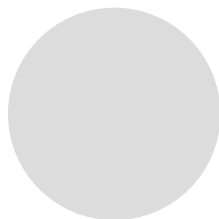


QUADRO 5

ESCORES CALCULADOS POR DIMENSÃO DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS - BRASIL, 2017 E 2022

	SUBMISSÃO À AUTORIDADE	CONVENCIONALISMO	AGRESSIVIDADE AUTORITÁRIA
MÉDIA 2017	8,08	7,36	6,50
MÉDIA 2022	7,97	6,91	7,11

Outro ponto a se destacar foi o aumento da discordância, que teve mais impacto na queda do índice do que o aumento da concordância. A comparação das duas pesquisas, por assertiva e dimensão, pode ser observada no gráfico 15.



PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES
AUTORITÁRIAS, POR ASSERTIVA E POR
DIMENSÃO (CONCORDA E DISCORDA, EM %) -
BRASIL, 2017 E 2022

SUBMISSÃO À AUTORIDADE

Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.



A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar as nossas crianças.



O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé.



Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.



AGRESSIVIDADE AUTORITÁRIA

Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados.



Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.



Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou receber um castigo pior.



Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos.



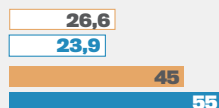
DISCORDA + DISCORDA TOTALMENTE
2017
 DISCORDA + DISCORDA TOTALMENTE
2022

CONCORDA + CONCORDA TOTALMENTE
2017
 CONCORDA + CONCORDA TOTALMENTE
2022

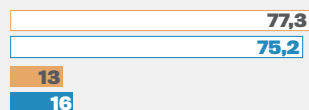
A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos.



Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra.



Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo.



CONVENCIONALISMO

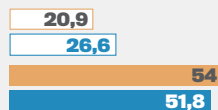
A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.



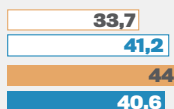
Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar.



Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.



Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes.



A influência de variáveis demográficas e sociais

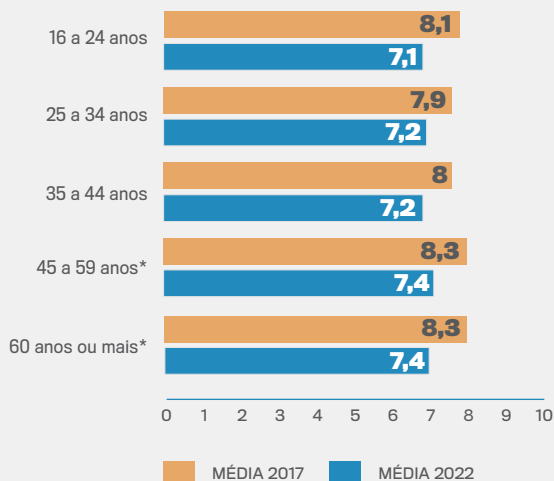
Aspectos sociodemográficos também influenciam a adesão a posições autoritárias. Assim, O Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias também foi analisado de forma comparativa considerando as variáveis sociodemográficas, apresentadas nesta seção, dando ênfase às mudanças ocorridas entre 2017 e 2022.

Faixa etária

Assim como em 2017, pessoas acima de 45 anos são as mais propensas a apoiar posições autoritárias, índice que cresce com a idade. No entanto, observa-se que a maior redução do autoritarismo ocorreu entre jovens de 16 a 24 anos (de 8,1 em 2017 para 7,1 em 2022), tornando este grupo o com menor índice em 2022. Em 2017, a propensão ao apoio entre jovens desta faixa etária foi a segunda maior, menor apenas que a da população acima de 45 anos. O dado sugere que o apelo do discurso autoritário, que encontrava eco entre os mais jovens, perdeu força de forma significativa nos últimos anos.

GRÁFICO 16

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR FAIXA ETÁRIA BRASIL, 2017 E 2022

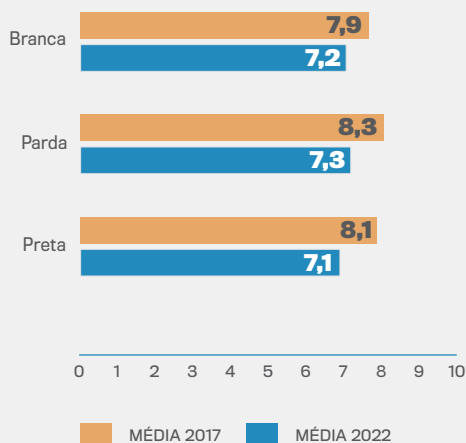


Raça/cor

Embora não tenha havido diferença estatisticamente significativa entre a adesão a posições autoritárias por raça/cor, nota-se que as maiores diminuições na adesão entre 2017 e 2022 ocorreram com a população negra. Tanto pessoas pretas quanto pardas apresentaram redução de 1 ponto na média de apoio a posições autoritárias.

GRÁFICO 17

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR RAÇA/COR BRASIL, 2017 E 2022

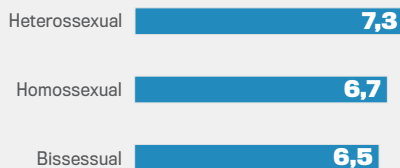


Orientação sexual

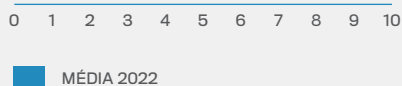
A menor propensão ao apoio a posições autoritárias é encontrada entre pessoas bissexuais (6,5), seguida da de homossexuais (6,7), que se distanciam da média de heterossexuais (7,3).

PESSOAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO E PÓS-GRADUAÇÃO TÊM ÍNDICES MAIS BAIXOS QUANDO COMPARADOS A OUTROS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE.

GRÁFICO 18



MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR **ORIENTAÇÃO SEXUAL** - BRASIL, 2022

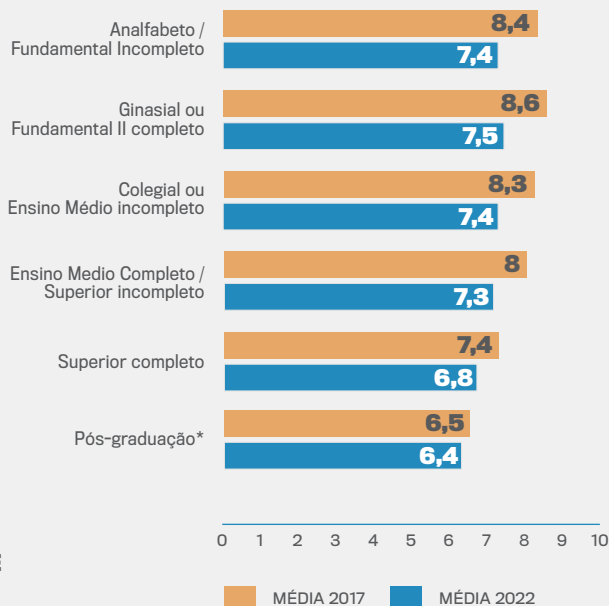


Escolaridade

Quanto à escolaridade, há uma relação entre aumento da escolaridade e diminuição da média de propensão ao apoio a posições autoritárias. As pessoas com ensino superior completo e pós-graduação têm índices mais baixos quando comparados a outros níveis de escolaridade. No ano de 2022, desde as pessoas analfabetas até as pessoas com o nível superior incompleto têm índices muito semelhantes de propensão a posições autoritárias, tornando-se grupos mais homogêneos apesar da diferença da escolaridade. As diferenças significativas ocorrem com o grupo de pessoas com pós-graduação com as demais faixas de escolaridade.

GRÁFICO 19

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR ESCOLARIDADE BRASIL, 2017 E 2022



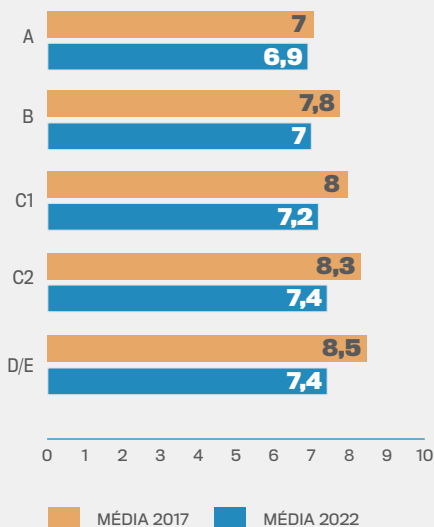
Classe socioeconômica

Seguindo a média da população geral, houve uma diminuição da propensão ao apoio a posições autoritárias entre todas as classes socioeconômicas. A classe D/E, embora continue apresentando a maior média junto com a classe C2, foi a que teve maior redução do autoritarismo em comparação com 2017, havendo uma diminuição de 1,1 pontos.

AS DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS SÃO OBSERVADAS ENTRE NORDESTE E SUL, COM O NORDESTE COM MÉDIA MAIOR; E MARGINALMENTE ENTRE NORDESTE E SUDESTE, COM NORDESTE COM A MÉDIA MAIOR.

GRÁFICO 20

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR **CLASSE ECONÔMICA** BRASIL, 2017 E 2022

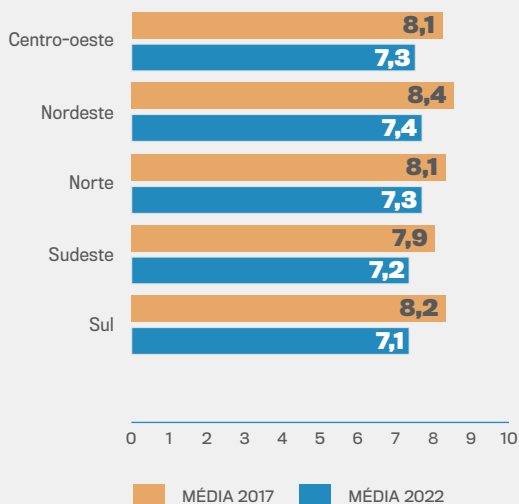


Região

As médias das diferentes regiões do país seguiram a tendência de diminuição da propensão ao autoritarismo em comparação a 2017. Sul e Sudeste tiveram as menores médias (7,1 e 7,2 respectivamente), sendo que a região Sul demonstrou a maior queda no índice em relação a 2017 (de 1,1 ponto). As diferenças significativas são observadas entre Nordeste e Sul, com o Nordeste apresentando a média maior; e marginalmente entre Nordeste e Sudeste, com Nordeste apresentando a média maior. No entanto, esse resultado somente ocorreu porque há uma diferença etária ou socioeconômica entre a amostra das regiões. Um teste rápido controlando o efeito da idade anulou essa diferença significativa (ANCOVA).

GRÁFICO 21

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR REGIÃO BRASIL, 2017 E 2022



Porte do município e Natureza do município

Quando se compara capital, região metropolitana e interior, as pessoas residentes nas capitais têm médias menores de propensão a posições autoritárias (7,0) em comparação com aqueles residentes nas regiões metropolitanas e interior (ambos com média 7,3). De forma análoga, quanto maior o município, menor o apoio a posições autoritárias; e os municípios de pequeno e médio porte apresentaram médias significativamente maiores que aqueles de grande porte.

GRÁFICO 22

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR **NATUREZA DO MUNICÍPIO** - BRASIL, 2022

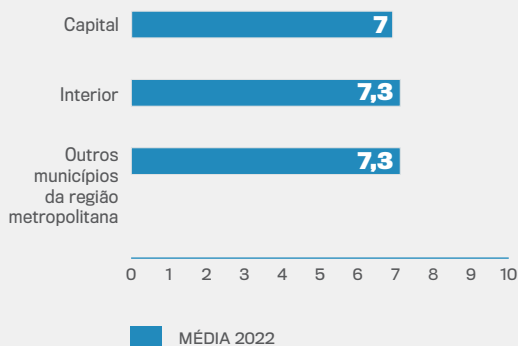
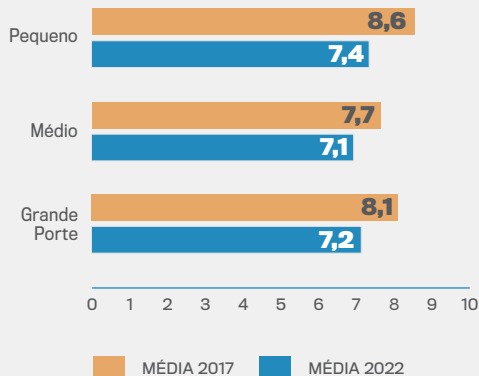


GRÁFICO 23

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR **PORTE DO MUNICÍPIO** - BRASIL, 2017 E 2022

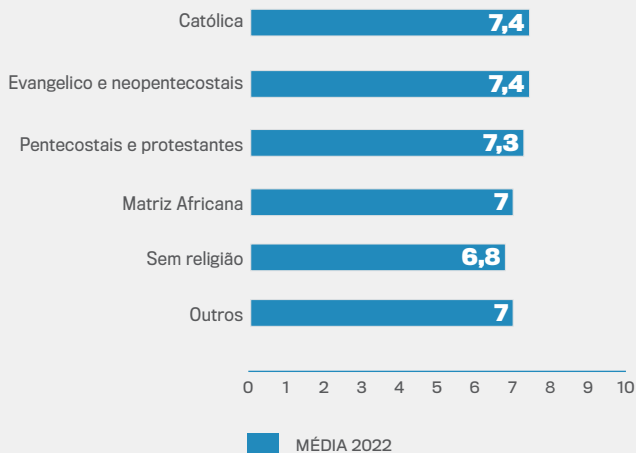


Religião

Esta é a primeira vez que é medido o impacto da religião no apoio a posições autoritárias, considerando o contexto brasileiro em que as questões religiosas se misturam às moralidades políticas e os eleitorados estão em disputa. As maiores médias de propensão a posições autoritárias estão entre os católicos e evangélicos e neopentecostais (ambos com média 7,4). As menores médias estão entre as pessoas de religiões de matriz africana, outras religiões (média 7,0 para ambos), e as sem religião que, com média 6,8, têm a menor propensão de apoio a posições autoritárias.

GRÁFICO 24

MÉDIAS DO ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS, POR **RELIGIÃO** - BRASIL, 2022



Medo da violência e vitimização

A influência que o medo da violência exerce sobre a propensão a apoiar posições autoritárias foi um dos principais motivos para o desenvolvimento do Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias pelo FBSP em 2017. Historicamente o Brasil é marcado por diversos tipos de violência, sejam aquelas das relações sociais cotidianas, do crime organizado ou da ação do Estado no enfrentamento do crime. **Se em 2017 já se constatavam os déficits civis e democráticos associados a um cenário de medo e insegurança que poderia ameaçar as instituições, o contexto social e político em 2022 é ainda mais grave. O papel das políticas de segurança pública, que vêm sendo negligenciadas, fica evidente quando se nota que o discurso sobre o tema é instrumentalizado para alavancar posições antidemocráticas, mobilizando elementos culturais da população pautados no medo, na insegurança e na violência, e sustentados por desinformação.** O medo do crime e da violência continua sendo um desafio na construção de projetos políticos alternativos e pode servir de medida para compreender os cenários que vêm se desenhando no país desde a última vez que esses índices foram calculados, em 2017.

A ferramenta metodológica e analítica utilizada para mensurar o peso do medo do crime e da violência na escala usada para a construção do Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias foi uma bateria de 12 questões aplicadas na mesma pesquisa do Instituto Datafolha, que também serviu de base para os outros índices dessa publicação. A partir dos resultados dessas questões, foi desenvolvido um Índice de Medo da Violência, posteriormente cruzado com o Índice de Propensão ao Apoio de Posições Autoritárias e com o Índice de Apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais. As assertivas aplicadas estão no quadro abaixo:

O MEDO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA CONTINUA SENDO UM DESAFIO NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS POLÍTICOS ALTERNATIVOS E PODE SERVIR DE MEDIDA PARA COMPREENDER OS CENÁRIOS QUE VÊM SE DESENHANDO NO PAÍS.

QUESITOS UTILIZADOS PARA
DIMENSIONAR O GRAU DE MEDO DA
VIOLÊNCIA NA POPULAÇÃO BRASILEIRA.
“VOCÊ DIRIA QUE TEM MEDO DE...”

- Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas
- Morrer assassinado
- De ser sequestrado
- De ser vítima de estupro
- Ser vítima de um golpe e perder dinheiro através do celular
- Ter o celular furtado ou roubado
- Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que realiza o policiamento fardado e ostensivo nas ruas
- Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias
- Ser vítima de grupos armados (traficantes, milícias e pistoleiros)
- Ter os seus dados pessoais divulgados na internet
- Ser agredido fisicamente pela sua escolha política ou partidária
- Ser ameaçado pela sua escolha política ou partidária

Com base nestes procedimentos foi calculado o “índice de medo da violência” a partir do somatório dos 12 itens dividido por 12, de forma que o índice varia entre 0 e 1, sendo que 0 significa não ter medo de sofrer nenhum tipo de violência, e 1 corresponde a ter medo de sofrer todos os tipos de violência. Assim, quanto maior o valor do índice, maior o número de violências que o respondente tem medo de sofrer. Na operacionalização desta medida de medo da violência foram usadas as respostas às 12 assertivas do Quadro 1 e recodificadas para valores que permitissem a variação entre 0 e 1 (0 = Não 1 = Sim). **Como resultado, observou-se na amostra utilizada um índice médio de medo de sofrer violência de 0,76, que revela um patamar moderado de medo da violência.**

Contudo, de forma complementar à média, que muitas vezes pode esconder aspectos mais complexos, a amostra foi dividida por quartis, ou seja, grupos correspondendo a 25% da população amostral cada um. Por exemplo, o primeiro quartil é referente aos 25% dos indivíduos com menos medo, já o quarto quartil se refere àqueles 25% com mais medo na amostra. Assim, na análise desagregada da amostra, percebeu-se que não há nenhum grupo que não esteja posicionado, ao menos em um grau intermediário, em um campo de medo da violência, isto é: todos os grupos têm medo da violência no país. Não há nenhum grupo que não tenha medo da violência.

No intuito de medir a vitimização dos mesmos tipos de violência, junto à pesquisa de medo foi aplicada a mesma bateria de questões, mas com a pergunta sendo introduzida com a frase “No último mês, você...”, às quais se poderia responder “sim” ou “não”.

Para fins de comparação, é importante ressaltar que as questões que serviram de instrumento para a mensuração do atual índice de medo, assim como o da vitimização, são diferentes das 16 questões que compuseram o índice de 2017; além de algumas terem sido adaptadas para a realidade da ampliação do uso de ferramentas digitais para transações financeiras. Houve, ainda, o acréscimo de duas questões referentes à violência político-partidária, tema que tem sido protagonista do debate político e das eleições de 2022. Os percentuais por quesito estão na Tabela 2.

TABELA 2

MEDO, POR AFIRMATIVA (EM %)

"VOCÊ DIRIA QUE TEM MEDO DE... SE SIM, MUITO MEDO OU POUCO MEDO?"	2022				2017		
	Muito medo	Pouco medo	Projeção da população que tem medo (muito ou pouco) - em milhões ⁽¹⁾	Não tem medo	Muito medo	Pouco medo	Não tem medo
Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	61,6	23,9	143,5	14,5	50,4	14,4	35,2
Morrer assassinado	70,0	12,5	138,5	17,5	65,3	9,6	25,1
De ser sequestrado	60,7	11,4	120,9	27,9	52,0	10,6	37,4
De ser vítima de estupro ⁽²⁾	68,4	6,2	125,1	25,5	58,9	8,7	32,3
Ser vítima de um golpe e perder dinheiro através do celular	73,1	15,2	148,2	11,7
Ter o celular furtado ou roubado	70,0	17,3	146,6	12,7	60,6	14,7	24,7
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que realiza o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	47,5	16,3	107,2	36,1	46,1	13,4	40,4
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	37,9	15,3	89,3	46,8	41,8	14,2	43,9
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar ou da Polícia Civil ⁽³⁾		65,7	110,3	34,3		64,4	35,6
Ser vítima de grupos armados (traficantes, milícias e pistoleiros)	73,9	10,0	140,9	16,1
Ter os seus dados pessoais divulgados na internet ⁽⁴⁾	75,2	13,9	149,5	10,9	58,5	12,2	29,2
Ser agredido fisicamente pela sua escola política ou partidária	49,9	17,6	113,4	32,5
Ser ameaçado pela sua escola política ou partidária	45,2	17,4	105,2	37,3

FONTE: Fonte: Pesquisa "Violência e Democracia" (2022); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; RAPS; Instituto Datafolha. (...) Dados não coletados.

(1) Os números foram projetados a partir do percentual de respondentes que declararam terem sido vítimas no último mês, considerando a estimativa do total de brasileiros de 16 anos ou mais em 2021, de acordo com dados da PNAD 2019.

(2) Em 2017, a pergunta exata era "Você diria que tem medo de ser vítima de agressão sexual?"

(3) Considera como "Tem medo" os casos em que o entrevistado respondeu afirmativamente a pelo menos uma das duas questões anteriores. Como não foi possível dividir entre os que têm muito medo e pouco medo, o percentual representa todos aqueles que afirmaram ter medo (seja muito ou pouco) de pelo menos uma das polícias.

(4) Em 2017, a pergunta exata era "Você diria que tem medo de ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet?"

QUADRO 5

ÍNDICES MÉDIOS DE MEDO POR QUARTIL (2017 E 2022)

ANO	PRIMEIRO QUARTIL	SEGUNDO QUARTIL	TERCEIRO QUARTIL	QUARTO QUARTIL
2017	0,5	0,75	0,93	
2022	0,5	0,92	1	

O índice de medo da violência em 2022 apresentou aumento em relação ao de 2017, que foi de 0,68. É possível comparar mais detalhadamente a variação das perguntas que foram feitas nos dois anos. O medo de morrer assassinado cresceu consideravelmente: 82,5% têm este medo em 2022; em 2017 eram 74,9%. Embora tenha sido observada uma queda nas mortes violentas intencionais (2017 foi o ano em que o registro dessas violências teve seu ápice nos últimos, pelo menos, dez anos), ela não foi percebida pelos entrevistados. Pelo contrário, o medo cresceu. E quando observada a relação entre medo e autoritarismo, a propensão a apoiar posições autoritárias é maior entre os que têm muito medo, índice 7,48, enquanto entre aqueles com menos medo essa propensão é de 7,16. Em um contexto de preocupação com o crescimento do autoritarismo, o esvaziamento da pauta da segurança pública, por meio de discursos de radicalização e estímulo a medidas violentas como solução, parece recolocar o papel fundamental da temática no cenário democrático.

O aumento do porte e posse de armas de fogo por cidadãos e os recentes acontecimentos envolvendo violência letal entre civis por razões políticas são algumas das razões que demonstram a atualidade do problema da violência político-partidária. **As pessoas que têm medo de serem agredidas fisicamente pela sua escolha política ou partidária são 67,5% dos entrevistados**

O ÍNDICE DE MEDO DA VIOLÊNCIA EM 2022 APRESENTOU AUMENTO EM RELAÇÃO AO DE 2017. EMBORA TENHA SIDO OBSERVADA UMA QUEDA NAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS, ELA NÃO FOI PERCEBIDA PELOS ENTREVISTADOS. E QUANDO OBSERVADA A RELAÇÃO ENTRE MEDO E AUTORITARISMO, A PROPENSÃO A APOIAR POSIÇÕES AUTORITÁRIAS É MAIOR ENTRE OS QUE TÊM MUITO MEDO.

em 2022, enquanto 3,2% disseram ter sido vítimas de ameaças por conta da mesma razão apenas no último mês⁴. Se extrapolarmos esse percentual para a população brasileira com 16 anos ou mais, isso equivale a cerca de 5,3 milhões de brasileiros ameaçados por suas escolhas políticas ou partidárias apenas no último mês.

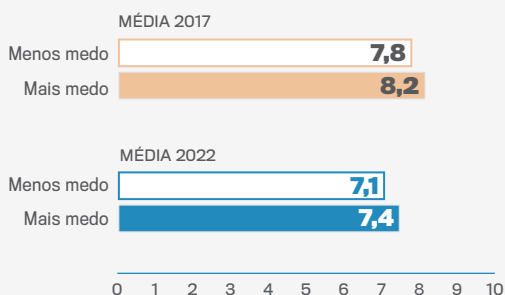
O receio quanto à segurança digital cresceu consideravelmente entre 2017 e 2022: em 2022, 89,1% têm medo de ter seus dados pessoais divulgados na internet, enquanto em 2017, 70,7% tinham medo de ter seu conteúdo pessoal divulgado. 5,5% afirmaram terem sido vítimas de golpe ou perdido dinheiro através do celular no último mês. Além disso, 5,4% dos respondentes declararam terem tido seu celular furtado ou roubado no mesmo período. Isso significa que aproximadamente 9,2 milhões de brasileiros sofreram golpes ou perderam dinheiro através do celular e 9,1 milhões tiveram seu celular roubado e furtado no último mês.

Também houve aumento do medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, que era de 59,5% em 2017 e chegou a 63,8% em 2022. Com relação à Polícia Civil, o medo passou de 56% em 2017 para 53,2% em 2022. Ainda em 2022, considerando as duas polícias, 65,7% dos entrevistados afirmaram terem medo de sofrer violência e 1,9% declararam terem sido vítimas de pelo menos uma das polícias nos 30 dias anteriores à pesquisa.

4. Os números foram projetados a partir do percentual de respondentes que declararam terem sido vítimas no último mês, considerando a estimativa do total de brasileiros de 16 anos ou mais em 2021, de acordo com dados da PNAD 2019. Período considerado: 3 de julho a 3 de agosto de 2022.

GRÁFICO 25

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS POR MEDO DA VIOLÊNCIA



Medo e vitimização também parecem se relacionar na medida em que os entrevistados que sofreram violência apresentaram maiores índices de medo em comparação aos que não sofreram. Enquanto o índice médio de medo para o total da amostra foi de 0,76, entre os que não sofreram nenhum tipo de violência ele foi de 0,75, passando para 0,78 entre aqueles que passaram por alguma violência no último mês. Os resultados da pesquisa de vitimização constam da Tabela 3.



TABELA 3

VITIMIZAÇÃO, POR AFIRMATIVA (EM %)

NO ÚLTIMO MÊS, VOCÊ...	2022			2017	
	Sim	Projeção da população que sofreu violência no último mês - em milhões ⁽¹⁾	Não	Sim	Não
Se envolveu em brigas ou agressões físicas com outras pessoas	2,6	4,3	97,4	2,6	97,4
Foi sequestrado	0,0	0,0	100,0	0,2	99,8
Foi vítima de estupro ⁽²⁾	0,3	0,5	99,7	0,5	99,5
Foi vítima de um golpe e perdeu dinheiro através do celular	5,5	9,2	94,5
Teve o celular furtado ou roubado	5,4	9,1	94,6	6,7	93,3
Foi vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que realiza o policiamento fardado e ostensivo nas ruas	1,6	2,6	98,4	1,6	98,4
Foi vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias	0,6	1,0	99,4	0,9	99,1
Foi vítima de violência por parte da Polícia Militar ou da Polícia Civil ⁽³⁾	1,9	3,2	98,1	2,0	98,8
Foi vítima de grupos armados (traficantes, milícias e pistoleiros)	1,1	1,9	98,9
Teve os seus dados pessoais divulgados na internet ⁽⁴⁾	2,2	3,7	97,8	0,7	99,3
Foi agredido fisicamente pela sua escolha política ou partidária	0,8	1,4	99,2
Foi ameaçado pela sua escolha política ou partidária	3,2	5,3	96,8

FORNTE: Fonte: Pesquisa "Violência e Democracia" (2022); Fórum Brasileiro de Segurança Pública; RAPS; Instituto Datafolha. (...). Dados não coletados.

(1) Os números foram projetados a partir do percentual de respondentes que declararam terem sido vítimas no último mês, considerando a estimativa do total de brasileiros de 16 anos ou mais em 2021, de acordo com dados da PNAD 2019.

(2) Em 2017, a pergunta exata era "No último mês, você foi vítima de agressão sexual?"

(3) Considera como "Sim" os casos em que o entrevistado respondeu afirmativamente a pelo menos uma das duas questões anteriores.

(4) Em 2017, a pergunta exata era "No último mês, você teve conteúdos pessoais divulgados na internet?"

Na relação entre o medo do crime e da violência e a propensão ao apoio a direitos civis, humanos e sociais, aparece um resultado interessante: quem tem mais medo tende a apoiar mais a agenda de direitos, com índice de apoio de 7,7, do que aqueles que têm menos medo, cujo índice foi de 7,2. Em 2017, também se observava a mesma relação, mas com uma diferença menor: na ocasião, os que tinham menos medo apresentavam um índice de 7,6, contra 7,9 entre quem tinha mais medo.

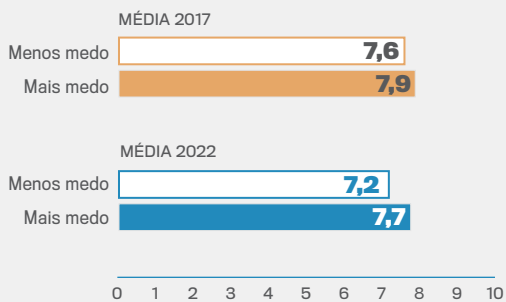
Ao passo que é possível observar um aumento da propensão ao apoio a posições autoritárias por quem tem mais medo da violência, entende-se que o cruzamento entre medo e apoio a direitos permite assumir que existe um espaço de disputa por políticas públicas que respeitem a institucionalidade e os direitos de todos.

As constantes incitações à violência, como o apoio ao armamento da população para defesa individual e a força policial como principal forma de mitigar a insegurança, promovidas pelo atual governo, parecem só ganhar espaço em argumentos que apelam para uma agenda moral, e não como projeto concreto de políticas de segurança. Isto é, o protagonismo das pautas de segurança pública continua sendo fundamental para conter o avanço de discursos persuasivos de posições autoritárias, e se mostra um importante mecanismo de restabelecimento do pacto democrático e da cidadania, e, como podemos observar, os dados revelam que há espaço para saídas alternativas para o medo percebido.



GRÁFICO 26

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS POR MEDO DA VIOLÊNCIA



3.

**ÍNDICE DE
PROPENSÃO AO
APOIO À AGENDA
DE DIREITOS CIVIS,
HUMANOS E SOCIAIS**

Estado Democrático de Direito e Estado de Bem-estar Social são duas instituições civilizatórias que vieram a se consolidar ao longo do século XX, reforçando-se mutuamente na experiência histórica das nações, sobretudo as europeias. Quanto mais se avançou no sufrágio de fato universal, quanto mais democráticos se tornaram os mecanismos de representação popular, quanto mais transparente e institucionalizado se tornou o exercício do poder político, mais as políticas públicas avançaram no atendimento de demandas coletivas de educação, saúde e proteção social no mundo hoje desenvolvido. E quanto mais solidário e abrangente se tornava o Estado de Bem-Estar, maior a necessidade de institucionalização republicana das organizações públicas. A conquista dos direitos civis, políticos e sociais foi um processo histórico de lutas, avanços e retrocessos em todas as sociedades, mais rápidos em alguns contextos, mais lentos em outros, como no Brasil (Jannuzzi, 2021).



OS RESULTADOS DA PESQUISA DE 2017 REVELARAM UMA POSIÇÃO FAVORÁVEL E PROGRESSISTA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA A ESSA AGENDA DE DIREITOS, CONFRONTANDO POSITIVAMENTE, EM ALGUMA MEDIDA, O CENÁRIO ENTÃO IDENTIFICADO DE FORTE ADESÃO AO AUTORITARISMO, TAMBÉM AVALIADO NESTA MESMA PESQUISA.

Os países latino-americanos, entre eles o Brasil, foram marcados por longos períodos de militarização, rompimento institucional e atentados diversos aos direitos humanos, sociais, civis e políticos. No Brasil, o pacto social que marcou a construção e retomada destes direitos foi, entre outros, o fim do regime militar em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, que teve amplo engajamento popular e foi, devido a seu caráter garantidor de direitos, apelidada de “constituição cidadã”. Durante as pouco mais de três décadas desde a sua entrada em vigor, foram observados progressos, retrocessos e muitos desafios. Por sua vez, o mandato do último Presidente da República, Jair Bolsonaro, foi marcado por episódios e uma gestão com elementos que desafiaram, em muitos momentos, a segurança e a integridade das instituições democráticas. A campanha de descrédito questionando a segurança das urnas eletrônicas e a validade do resultado das eleições, o desrespeito a decisões do Supremo Tribunal Federal e aos próprios Ministros e o constante ataque a veículos de imprensa são alguns destes elementos.

Essas considerações são importantes para justificar a necessidade de se sondar com alguma regularidade os sentimentos públicos quanto à agenda dos direitos civis, humanos e sociais em nossa ou qualquer sociedade. Em 2017, o FBSP fez sua primeira sondagem sobre a adesão à agenda de direitos civis, humanos e sociais junto à população brasileira, investigando a concordância/discordância a assertivas relacionadas a Gênero, Raça, Pobreza, Desigualdade, Laicidade do Estado e Condições Prisionais. Os resultados dessa enquête revelaram uma posição favorável e progressista da população brasileira a essa agenda de direitos, confrontando positivamente, em alguma medida, o cenário então identificado de forte adesão ao Autoritarismo, também avaliado nessa mesma pesquisa. Tratava-se de dimensionar qual o apoio da sociedade brasileira a um conjunto importante de iniciativas legislativas no campo

dos direitos civis e políticos e de políticas públicas que vinham se estruturando desde a Constituição de 1988.

Em 2022, o FBSP volta a investigar, desta vez em parceria com a RAPS, a adesão a essa agenda, concomitantemente com outras dimensões socioculturais investigadas na pesquisa, para analisar se a sociedade brasileira estaria mais coesa, solidária ou empática à agenda de direitos de cidadania, depois de percebidos os efeitos de anos seguidos de austeridade fiscal e de desmonte de políticas sociais, bem como as consequências de dois anos de pandemia, com impacto na vida escolar das crianças, no emprego e na subsistência material dos domicílios.

Nesse sentido, revisaram-se as dimensões de temáticas de direitos de interesse, reformulando e criando novas assertivas para captar as percepções da população quanto aos Direitos Civis, Humanos e Sociais, apresentadas no Quadro 8. São 12 assertivas para posicionamento individual de concordância/discordância.

Mesmo não se tratando de uma investigação exaustiva acerca do tema, pois certamente há muito por se aprimorar nessa proposta, e valendo-se de outras pesquisas e de quesitos, inclusive, levantados nessa mesma enquête, deve-se, pois, entender esse esforço como uma segunda tentativa de avançar na proposição de uma escala de adesão a Direitos, tão necessária quanto as demais apresentadas nesse relatório.

EM 2022, VOLTA-SE A INVESTIGAR A ADESÃO À AGENDA DE DIREITOS DE CIDADANIA PARA ANALISAR SE A SOCIEDADE BRASILEIRA ESTARIA MAIS COESA, SOLIDÁRIA OU EMPÁTICA A ESTA AGENDA, DEPOIS DE PERCEBIDOS OS EFEITOS DE ANOS SEGUIDOS DE AUSTERIDADE FISCAL E DE DESMONTE DE POLÍTICAS SOCIAIS, BEM COMO AS CONSEQUÊNCIAS DE DOIS ANOS DE PANDEMIA.



ASSERTIVAS UTILIZADAS PARA DIMENSIONAR O GRAU DE PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS NA POPULAÇÃO BRASILEIRA (COM 16 ANOS OU MAIS)

- O Congresso Nacional deveria ter a mesma quantidade de homens e mulheres.
- Aborto deveria ser proibido em todos os tipos de caso no Brasil.
- Não há racismo no Brasil.
- Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher.
- A adoção de cotas raciais nas Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil.
- Se uma pessoa é muito pobre, é justo que receba o Auxílio Brasil ou Bolsa Família.
- Se uma pessoa está passando fome, é essencial que receba assistência pública (Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal).
- As mudanças nas leis trabalhistas trouxeram mais empregos.
- Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado.
- Os povos indígenas devem ter direito à demarcação de suas terras.
- A liberdade de imprensa contribui para uma sociedade democrática, justa e transparente.
- A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência.

O Índice de Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais é de 7,6 em 2022, menor do que o registrado em 2017, que foi de 7,8. Contudo, a comparação deve ser cautelosa: as assertivas aplicadas nas entrevistas para medir os índices foram diferentes nos dois anos e, das 12 questões de 2022, apenas 5 são seguramente comparáveis às de 2017. Além disso, como os níveis de resposta eram diferentes, também mudou, portanto, o critério de concordância.

Na pesquisa de 2017, a concordância agregava “concorda totalmente” e “concorda em parte”, enquanto a discordância era a soma de “discorda totalmente” e “discorda em parte”. As que se mantiveram praticamente idênticas são aquelas a respeito da existência do racismo (sendo que, em 2017, a assertiva foi complementada pelo reconhecimento apenas de diferenças de classe), sobre a adoção de cotas raciais, da capacidade de casais homossexuais criarem filhos tão bem quanto heterossexuais, o apoio aos auxílios aos mais pobres (com a diferença de que, em 2022, foi incluído na pergunta o Auxílio Brasil, inexistente em 2017) e, finalmente, a respeito da relação entre as condições das prisões e o crime organizado.

Em geral, maiores níveis de concordância com as assertivas indicam maior apoio aos direitos, com exceção de algumas assertivas inversas, isto é, quando a discordância evidencia apoio a direitos. São elas: “Aborto deveria ser proibido em todos os tipos de caso no Brasil”, “Não há racismo no Brasil”, “As mudanças nas leis trabalhistas trouxeram mais emprego”, e “A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência”.

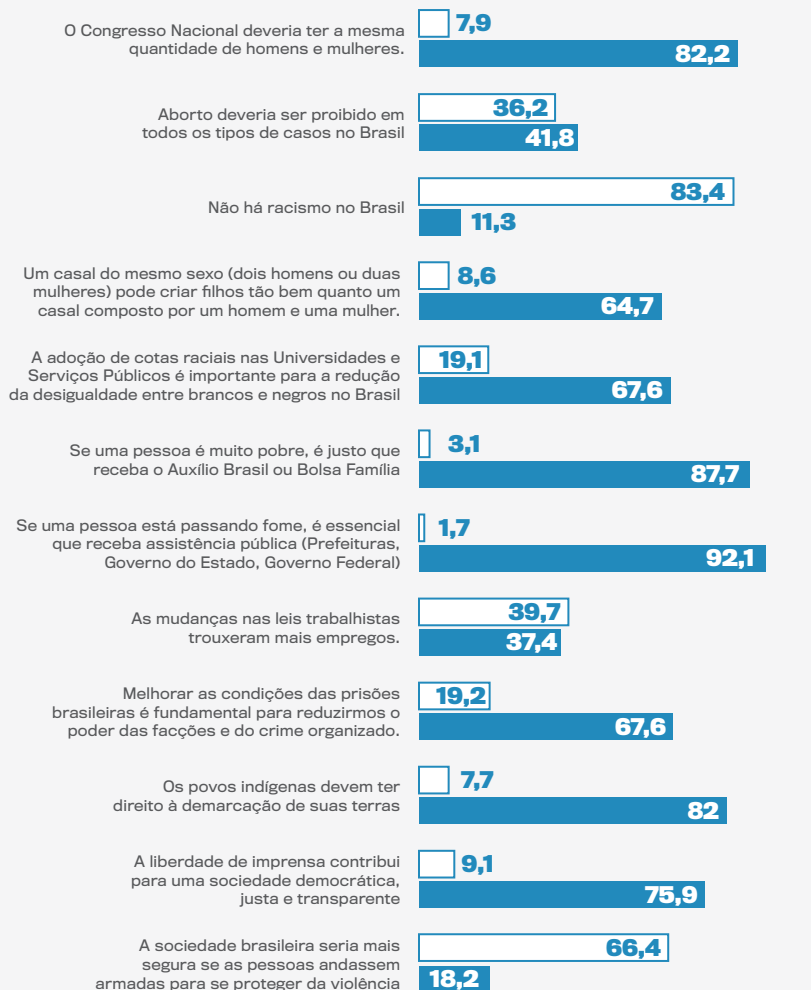
A distribuição de concordância e discordância por assertiva é descrita no Gráfico 27.

O ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS É DE 7,6 EM 2022, MENOR DO QUE O REGISTRADO EM 2017, QUE FOI DE 7,8.

PROPENSÃO AO APOIO À
AGENDA DE DIREITOS CIVIS,
HUMANOS E SOCIAIS, POR
ASSERTIVA (% CONCORDA E
DISCORDA) - BRASIL, 2022

DISCORDA +
DISCORDA TOTALMENTE (%)

CONCORDA +
CONCORDA TOTALMENTE (%)



0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

Os maiores percentuais de concordância se encontram no apoio a programas de transferência de renda ou assistência do Estado a pessoas que estão passando fome, medidos pelas assertivas “Se uma pessoa está passando fome, é essencial que receba assistência pública (Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal)”, em que 92,1% dos entrevistados concordam, e “Se uma pessoa é muito pobre, é justo que receba o Auxílio Brasil ou Bolsa Família” com a qual 87,7% concordam.

O reconhecimento do racismo e o apoio à igualdade de gênero entre representantes políticos no Congresso Nacional estão, respectivamente, entre 83,4% e 82,2% dos entrevistados. 82% consideram que os povos indígenas têm direito à demarcação de suas terras. Interessante notar que, quando comparado aos itens anteriores, o apoio mais baixo aos direitos se encontra no posicionamento sobre as cotas raciais: 67,6% acham que a adoção de cotas tem impacto na redução da desigualdade entre pessoas negras e brancas. O posicionamento se iguala, 67,6%, sobre a afirmativa “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”.

Apesar de registrar a maior discordância, não é de se desprezar o fato de que 67,6% reconhecem uma relação entre a condição precária das prisões e o fortalecimento das facções e do crime organizado. Sobre armas de fogo, 66,4% discordam da suposta segurança trazida pelo armamento da população civil. Neste sentido, mais uma vez, nota-se uma janela de oportunidade de fortalecimento da agenda de segurança pública em consonância com as garantias de direitos, apoiadas por parcela significativa de entrevistados.

Embora pareçam apoiar direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, os entrevistados ainda se sentem divididos com a questão sobre o direito ao aborto. A assertiva tenta medir o apoio à proibição em todos os tipos de caso, e tem-se que 36,2% consideram que há alguns casos em que o direito ao aborto deve

66,4% DISCORDAM DA SUPOSTA SEGURANÇA TRAZIDA PELO ARMAMENTO DA POPULAÇÃO CIVIL. MAIS UMA VEZ, NOTA-SE UMA JANELA DE OPORTUNIDADE DE FORTALECIMENTO DA AGENDA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM CONSONÂNCIA COM AS GARANTIAS DE DIREITOS, APOIADAS POR PARCELA SIGNIFICATIVA DE ENTREVISTADOS.



ser garantido. Contudo, 41,8% concordam com a afirmativa de que o procedimento deveria ser proibido em todos os casos, número significativo de entrevistados que vetam o direito ao aborto, mesmo em casos nos quais a lei brasileira já o assegura.

Algumas variáveis sociodemográficas impactam significativamente o apoio a direitos. **As mulheres têm um índice de 7,71, enquanto homens registram média de 7,46. Os mais jovens, de 16 a 24 anos, têm índice de 7,81, a faixa etária mais propensa a apoiar direitos, diante de 7,35 de pessoas com 60 anos ou mais. Pessoas pretas também apoiam mais a agenda de direitos, com média de 7,78, que outros grupos segundo raça/cor, sendo a média de pessoas brancas de 7,56.** Outras variáveis, como classe socioeconômica e regiões geográficas, não apresentaram diferenças tão relevantes.



GRÁFICO 28

PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS, **POR SEXO** - BRASIL, 2022

■ MÉDIA 2022



GRÁFICO 29

PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS, POR **FAIXA ETÁRIA** - BRASIL, 2022

■ MÉDIA 2022

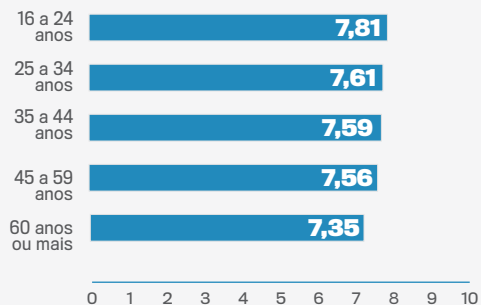
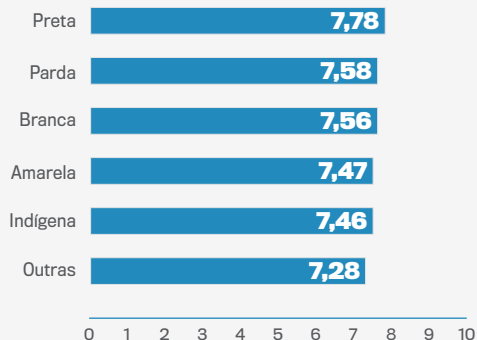


GRÁFICO 30

PROPENSÃO AO APOIO À AGENDA DE DIREITOS CIVIS, HUMANOS E SOCIAIS, **POR RAÇA/COR** - BRASIL, 2022

■ MÉDIA 2022



AS QUESTÕES QUE AS PESSOAS TÊM A APOIAR DE FORMA MAIS CONTUNDENTE SÃO A ASSISTÊNCIA PÚBLICA A PESSOAS QUE ESTÃO PASSANDO FOME, PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA PARA OS MAIS POBRES, A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, A PARIDADE DE GÊNERO NO PODER LEGISLATIVO E A CAPACIDADE DE CRIAÇÃO DE FILHOS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS. TAMBÉM É OBSERVADO UM FORTE RECONHECIMENTO DO RACISMO NO BRASIL.

As questões que as pessoas tendem a apoiar de forma mais contundente (isto é, os percentuais mais altos de “concorda totalmente”) são a assistência pública a pessoas que estão passando fome (35,1% concordam totalmente); programas de transferência de renda para os mais pobres (31,3%); a demarcação de terras indígenas (26,8%), a paridade de gênero no Poder Legislativo (25%) e a capacidade de criação de filhos por casais homossexuais (24,4%). Esse forte apoio também pode ser observado naqueles que disseram discordar totalmente de que “Não há racismo no Brasil”, que são 35,8%.

Para possibilitar a comparação com a pesquisa de 2017, das questões que foram pertinentes, foi considerada a soma de “concorda totalmente”, “concorda” e “concorda em parte” para a concordância, uma vez que a escala de concordância em 2017 só considerava “concorda totalmente” e “concorda em parte”. A inclusão do posicionamento “concorda em parte” demonstra o crescimento do apoio a todas as 5 questões que se repetiram na atual pesquisa.

Em 2017, 61% concordavam ao menos em parte com a assertiva “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”; em 2022, 77% concordam pelo menos parcialmente. O apoio a programas de transferência de renda era de 84% em 2017, chegando a 95,7% em 2022 entre os que apoiam ao menos em parte, levando em consideração que em 2022 foi incluído na assertiva o Auxílio Brasil, o que pode gerar algum viés. 86,2% concordam, ao menos em parte, que existe racismo no Brasil, enquanto, em 2017, 70% concordavam que, além de questões de classe, há racismo no Brasil. O apoio às cotas, ao menos parcialmente, foi de 69% para 75,9% em 2022, enquanto a crença na capacidade de famílias homossexuais criarem filhos foi de 61% para 73,1% (considerando apoio ao menos parcial).

CONSIDERAÇÕES FINAIS





No Brasil, um conjunto de variáveis se combinam e contribuem para o agravamento da crise social e institucional. A polarização e os conflitos de interesse têm transformado a violência em um fenômeno não isolado e um fator que perpassa a política brasileira e coloca em risco a própria democracia.

Neste contexto, é necessário identificar elementos que ameaçam o regime democrático, mensurar seus impactos na opinião pública, e apontar tendências da sociedade brasileira em relação ao autoritarismo, à sua satisfação com o regime democrático, seu grau de concordância com a agenda de direitos, típica das democracias, e até mesmo à sua disposição em acatar os resultados eleitorais. Essa foi a principal contribuição da pesquisa nacional de opinião pública realizada, revelando queda no apoio a posições autoritárias, o apoio maciço da população brasileira ao regime democrático, a percepção de que o “orçamento secreto” prejudica a democracia e, ainda, a demonstração significativa de apoio – de quase 90% dos entrevistados – para que o vencedor das urnas seja empossado em 1º de janeiro de 2023.

A PESQUISA MOSTRA QUE A Pauta DA SEGURANÇA PÚBLICA ASSUME CARÁTER ESTRATÉGICO NA FORMAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA FORMA COM QUE O ESTADO E A SOCIEDADE DEVEM LIDAR COM OS CONFLITOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS, ELA TAMBÉM PRIORIZA A ESFERA POLÍTICO-INSTITUCIONAL MEDIANTE AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO CÍVICO E PROTEÇÃO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA.

A pesquisa mostra que a pauta da segurança pública assume caráter estratégico na formação das representações sociais acerca da forma com que o Estado e a sociedade devem lidar com os conflitos sociais contemporâneos, ela também prioriza a esfera político-institucional mediante as ações de preservação do espaço cívico e proteção da liberdade e da democracia.

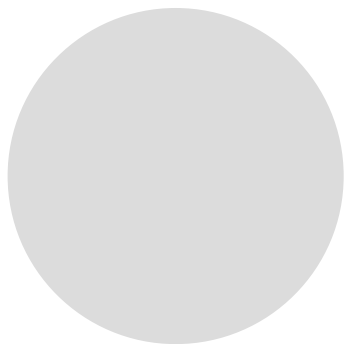
Ao contrário do que os mais pessimistas poderiam supor, a pesquisa revela que a agenda de direitos civis, sociais, políticos e humanos tem ganhado adeptos e tem sido vista como fator de proteção ante as ameaças postas. Os entrevistados reconhecem o racismo existente na sociedade brasileira e, de igual forma, são majoritariamente contra o armamento da população civil; são a favor da demarcação de Terras Indígenas, entre outros direitos previstos na Constituição Federal. Há grande concordância de que aqueles que passam fome devem ser amparados pelo Estado,

subiu o nível de apoio a famílias homossexuais e também a percepção de que a condição dos presídios deve ser melhorada.

Como desafios, cresce o medo de ser vítima de violência, cresce a preocupação com a violência digital, e os que mais sentem medo são mais propensos a defenderem medidas autoritárias, demonstrando que a exploração da retórica do medo pode, perigosamente, ser manipulada para justificar medidas e ações externas às instituições.

Esses dados vêm juntos com outros que indicam que é preciso reconhecer dissonâncias no modelo de organização federativa e republicana do Estado, com dados que mostram que a população adulta do país acredita no Poder Judiciário, por exemplo, mas que não necessariamente concorda com a forma de como a Justiça é aplicada. É preciso, portanto, comunicar melhor o que é fruto das leis e do ordenamento jurídico brasileiro e o que é resultado de culturas organizacionais e mentalidades institucionais que estão sujeitas às mesmas condicionalidades sociais e políticas que circulam na sociedade. Disso deriva uma outra conclusão da pesquisa, sobre a significação da democracia e a importância de se investir no debate sobre seus sentidos e significados.

**É PRECISO
COMUNICAR
MELHOR O QUE É
FRUTO DAS LEIS E
DO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO
E O QUE É RESULTADO
DE CULTURAS
ORGANIZACIONAIS
E MENTALIDADES
INSTITUCIONAIS QUE
ESTÃO SUJEITAS
ÀS MESMAS
CONDICIONALIDADES
SOCIAIS E POLÍTICAS
QUE CIRCULAM NA
SOCIEDADE.**





Esta pesquisa, conduzida em parceria entre a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com apoio do Fundo Canadá para Iniciativas Locais (FCIL), buscou fortalecer o entendimento e fornecer a pesquisadores, agentes políticos, partidos políticos, candidatos, sociedade e organizações da sociedade civil, envolvidos na defesa da democracia, dados e análises que reflitam a situação democrática pré-eleições de 2022. Munidos destes entendimentos, buscamos contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas, e da construção de um país mais seguro e igualitário para todos.



ANEXOS



CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Amostra total N= 2.100

Sexo	N. absolutos	%
Masculino	990	47,1
Feminino	1.110	52,9

Idade	N. absolutos	%
16 a 24 anos	355	16,9
25 a 34 anos	394	18,8
35 a 44 anos	410	19,5
45 a 59 anos	509	24,2
60 anos ou mais	432	20,6

Classe socioeconômica	N. absolutos	%
A	55	2,6
B1	109	5,2
B2	324	15,4
C1	451	21,5
C2	554	26,4
D/E	607	28,9

Região	N. absolutos	%
Sudeste	915	43,7
Nordeste	548	26,1
Sul	311	14,8
Norte	163	7,7
Centro Oeste	163	7,7

Natureza do Município	N. absolutos	%
Capital	506	24,1
Outros municípios da Região Metropolitana	367	17,5
Interior	1.227	58,4

Porte do Município	N. absolutos	%
Até 50 mil habitantes	606	28,8
Mais de 50 a 200 mil habitantes	478	22,8
Mais de 200 a 500 mil habitantes	338	16,1
Mais de 500 mil habitantes	678	32,3

Escolaridade	N. absolutos	%
Analfabeto/ Primário / Fundamental I incompleto	188	8,9
Primário ou Fundamental I completo/ Ginásial ou Fundamental II incompleto	350	16,6
Ginásial ou Fundamental II completo	153	7,3
Colegial ou Ensino Médio incompleto	265	12,6
Colegial ou Ensino Médio completo	701	33,4
Superior incompleto	153	7,3
Superior completo	211	10,0
Pós-graduação	81	3,9

Raça/Cor	N. absolutos	%
Branca	735	35,0
Preta	348	16,6
Parda	816	38,9
Amarela	56	2,7
Indígena	28	1,3
Outras	117	5,6

Religião ou crença	N. absolutos	%
Católica	1.014	48,3
Evangélico e neopentecostais	190	9,0
Matriz Africana	54	2,6
Outras	441	21,0
Pentecostais e protestantes	402	19,1

Orientação Sexual	N. absolutos	%
Heterossexual	1.778	84,6
Homossexual	86	4,1
Bissexual	72	3,4
Recusa/Não respondeu	119	5,7
Outros	45	2,1

AUTORITARISMO

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé. (n = 2074)							
555	26,4	925	44,0	243	11,6	70	3,3
A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos. (n = 2082)							
456	27,1	861	41,0	279	13,3	126	6,0
A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar as nossas crianças. (n = 2100)							
699	33,3	1.096	52,2	193	9,2	33	1,6
Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes. (n = 2077)							
209	9,9	645	30,7	240	11,4	117	5,6
Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra. (n = 2081)							
303	14,4	852	40,6	269	12,8	154	7,3
A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender. (n = 2076)							
512	24,4	1.119	53,3	216	10,3	47	2,2
Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou receber um castigo pior. (n = 2090)							
753	35,9	750	35,7	235	11,2	78	11,2
Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados. (n = 2085)							
611	29,1	1.032	49,1	158	7,5	52	2,5

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
202	9,6	79	3,8	26	1,2	7,73	2,28
256	12,2	103	4,9	18	0,9	7,33	2,43
58	2,8	21	1,0	-	-	8,47	1,57
637	30,3	230	10,9	23	1,1	5,85	2,76
393	18,7	109	5,2	19	0,9	6,81	2,52
140	6,7	42	2,0	24	1,2	8,02	1,92
184	8,8	89	4,2	10	0,5	7,9	2,37
168	8,0	65	3,1	15	0,7	8	2,14

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes. (n = 2092)							
321	15,3	766	36,5	271	12,9	168	8,0
Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor. (n = 2097)							
688	32,8	1.021	48,6	177	8,4	68	3,2
Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar. (n = 2069)							
385	18,4	880	41,9	307	14,6	82	3,9
Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais. (n = 2094)							
731	34,8	967	46,0	115	5,5	55	2,6
Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo. (n = 2078)							
123	5,9	211	10,1	78	3,7	86	4,1
Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo. (n = 2088)							
485	23,1	999	47,6	178	8,5	70	3,3
Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos. (n = 2085)							
368	17,5	1.116	53,1	305	14,5	74	3,5

Nota: O n após cada item indica a subamostra utilizada para calcular a nota do item, não leva em consideração as respostas "Não Sabe".

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
427	20,3	139	6,6	8	0,4	6,64	2,62
102	4,9	41	2,0	3	0,2	8,25	1,89
298	14,2	117	5,5	31	1,5	7,17	2,47
160	7,6	65	3,1	6	0,3	8,14	2,16
827	39,4	752	35,8	23	1,1	3,82	2,54
279	13,3	78	3,7	12	0,6	7,55	2,37
160	7,6	62	3,0	16	0,7	7,68	1,32

DIREITOS

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
O Congresso Nacional deveria ter a mesma quantidade de homens e mulheres. (n = 2078)							
525	25,0	1.201	57,2	153	7,3	32	1,5
Aborto deveria ser proibido em todos os tipos de casos no Brasil (R). (n = 2078)							
292	13,9	587	27,9	206	9,8	192	9,2
Não há racismo no Brasil (R). (n = 2089)							
61	2,9	176	8,4	41	2,0	58	2,8
Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher. (n = 2080)							
512	24,4	846	40,3	177	8,4	68	3,3
A adoção de cotas raciais nas Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil. (n = 2052)							
444	21,2	975	46,4	174	8,3	58	2,8
Se uma pessoa é muito pobre, é justo que receba o Auxílio Brasil ou Bolsa Família. (n = 2095)							
657	31,3	1.184	56,4	168	8,0	22	1,1
Se uma pessoa está passando fome, é essencial que receba assistência pública (Prefeituras, Governo do Estado, Governo Federal). (n = 2097)							
737	35,1	1.197	57,0	116	5,5	12	0,6

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
121	5,8	45	2,1	22	1,0	8,14	1,86
535	25,5	266	12,7	22	1,0	5,71	2,85
1.000	47,6	752	35,8	11	0,5	8,2	2,16
317	15,1	159	7,6	21	1,0	7,22	2,69
273	13,0	127	6,1	48	2,3	7,37	2,5
50	2,4	14	0,7	5	0,2	8,52	1,44
27	1,3	8	0,4	3	0,2	8,71	1,24

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
As mudanças nas leis trabalhistas trouxeram mais empregos. (R). (n = 2038)							
152	7,3	632	30,1	23	13,5	138	6,6
Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado. (n = 2068)							
439	20,9	980	46,7	197	9,4	49	2,3
Os povos indígenas devem ter direito à demarcação de suas terras. (n = 2069)							
564	26,8	1.159	55,2	155	7,4	28	1,4
A liberdade de imprensa contribui para uma sociedade democrática, justa e transparente. (n = 2059)							
477	22,7	116	53,2	224	10,7	50	2,4
A sociedade brasileira seria mais segura se as pessoas andassem armadas para se proteger da violência (R). (n = 2085)							
105	5,0	277	13,2	203	9,7	103	4,9

Nota: O n após cada item indica a subamostra utilizada para calcular a nota do item, não leva em consideração as respostas "Não Sabe".

(R) Item com conteúdo reverso, oposto ao da maioria dos itens da Seção.

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
604	28,8	228	10,9	62	2,9	5,89	2,67
311	14,8	92	4,4	32	1,5	7,39	2,44
122	5,8	41	1,9	31	1,5	8,19	1,85
152	7,2	40	1,9	41	1,9	7,95	1,94
889	42,3	507	24,1	15	0,7	7,32	2,54

DEMOCRACIA

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
Para conseguir prender criminosos, há ocasiões em que as autoridades podem agir sem respeitar a lei.							
174	8,29	532	25,33	200	9,52	107	5,10
Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver.							
793	10,38	793	37,76	231,00	11,00	129	6,14
Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.							
409	19,48	1065	50,71	194	9,24	68	3,24
O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.							
645	30,71	1231	58,62	80	3,81	26	1,24
O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.							
653	31,10	1205	57,38	103	4,90	23	1,10
Os direitos humanos serem respeitados é essencial para a democracia.							
627	29,86	1219,00	58,05	111,00	5,29	29	1,38
Em alguns casos seria justificável que os militares apoiassem ou tomassem o poder através de um Golpe de Estado.							
109	5,19	348,00	16,57	152	7,24	92	4,38
Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro.							
535	25,48	1315,00	62,62	99	4,71	21,00	1,00

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
782	37,24	273	13,00	32	1,52	6,30	2,17
503,00	23,95	177	8,43	49	2,33	5,82	3,50
218	10,38	52	2,48	94	4,48	7,68	2,16
72	3,43	17	0,81	29	1,38	8,52	1,52
61,00	2,90	20,00	0,95	35,00	1,67	8,53	1,51
75,00	3,57	19	0,90	20	0,95	8,46	1,56
852,00	40,57	469,00	22,33	78	3,71	7,17	2,64
65,00	3,10	15	0,71	50	8,45	8,45	1,44

Concorda totalmente		Concorda		Concorda em parte		Discorda em parte	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
O processo eleitoral de escolha dos representantes no Brasil é muito satisfatório.							
221	10,52	726,00	34,57	266	12,67	153	7,29
A separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) no Brasil é muito satisfatória.							
161	7,67	602	28,67	306	14,57	146,00	6,95
É importante para a democracia que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade,							
336	16,00	983,00	46,81	207	9,86	85	4,05
O orçamento secreto, que é o repasse sem transparência de verba pública para redutos eleitorais, prejudica a democracia no Brasil.							
429	20,43	986,00	46,95	163,00	7,76	67,00	3,19

Nota: O n após cada item indica a subamostra utilizada para calcular a nota do item, não leva em consideração as respostas "Não Sabe".

(R) Item com conteúdo reverso, oposto ao da maioria dos itens da Seção.

Discorda		Discorda totalmente		Não sabe		Nota	
N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%	Média	Desvio padrão
543	25,86	143	6,81	48,00	2,29	6,26	2,63
605,00	28,81	181	8,62	99	4,71	5,85	2,63
331	15,76	92	4,38	66	3,14	7,18	2,44
265,00	12,62	109,00	5,19	81,00	3,86	7,43	2,46

FICHA INSTITUCIONAL

FBSP

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol

Presidente

Conselheiros

Elizabeth Leeds

Presidente de Honra

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago (licenciada)

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza (licenciado)

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proghof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Beatriz Teixeira (estagiária)

Thais Carvalho (estagiária)

Supervisão

Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araújo

FICHA INSTITUCIONAL

RAPS

CONSELHOS

Conselho Diretor

Guilherme Leal - Presidente
Álvaro de Souza - Vice-presidente
Marcella Monteiro de Barros
Raull Santiago
Fernando Rei
Jean Pierre Zarouk
Helen Pedroso
Lucia Dellagnelo

Conselho Fiscal

Jorge Roberto Manoel
Lucilene Silva Prado
Luiz Carlos Passetti

Conselho de Ética

Jorge Caldeira
Naila Nucci
Ricardo Corazza Cury

EQUIPE TÉCNICA

Diretora Executiva

Mônica Sodré

Gerente Institucional

Larissa Araújo Santos

Gerente de Operações

Isabelle Rodrigues

Gerente Administrativo e Financeiro

Mário Carvalho

Assessoria da Direção Executiva

Luiza Veronese Lacava

Núcleo Institucional

Bruno Lacerda
Gabriel Martins
Rhaíssa Lobato
Caio Mendonça

Núcleo de Projetos e Gestão de Rede

Larissa Malta
Isabella Paro
Thainá Shervis
Vanessa Rossetti
Carolina Julia
Edvaldo Barreto

Núcleo Político e Advocacy

Samuel Oliveira
Fábio Cabral
Florianio Pesaro
Mônica Brito
Monica Rezende

Núcleo Comunicação e Marketing

Soraya Aggege
Alex Sallai
Thiago Medeiros

Núcleo Gente e Gestão

Joana Borghi
Letícia Conceição
Alisson Moraes
Beatriz Aguiar

Trainees

Laércio Santos
Bruno Almeida

